

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

MAICON MARQUES FRASSON

**“A ENCHENTE DE 1974 EM TUBARÃO-SC: A CONSTRUÇÃO DE UM
DESASTRE NATURAL”**

**CRICIÚMA
DEZEMBRO DE 2011**

MAICON MARQUES FRASSON

**“A ENCHENTE DE 1974 EM TUBARÃO-SC: A CONSTRUÇÃO DE UM
DESASTRE NATURAL”**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Carola

**CRICIÚMA
DEZEMBRO DE 2011**

MAICON MARQUES FRASSON

**“A ENCHENTE DE 1974 EM TUBARÃO-SC: A CONSTRUÇÃO DE UM
DESASTRE NATURAL”**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Ambiental.

Criciúma, 02 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Prof. Dr. Carlos Renato Carola

Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda - (UNESC)

Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes - (UNESC)

Dedico à minha família.

AGRADECIMENTOS

Somente ao fim do caminho é possível verificar toda a ajuda recebida na caminhada. Então, tendo finalmente chegado ao fim, sirvo-me deste espaço para agradecer a aqueles que muito contribuíram para que este trabalho ficasse completo.

Assim, agradeço a Deus, ou seja, qual for o outro substantivo usado como referência a esta “entidade” maior que nos rege.

Aos meus pais, Virto Frasson e Rosangela Marques Frasson e ao meu irmão Diego pelo estímulo da busca do conhecimento, e grande apoio familiar recebido.

Ao professor Dr. Carlos Renato Carola, pela instiga inicial à pesquisa na área de História Ambiental, e a ótima orientação recebida.

À Kátia Francisco Silveira que, além de companheira paciente, prestou grande auxílio quando do surgimento de dúvidas oriundas de campos da geografia.

A todos os professores do Curso de História da UNESC que contribuíram genialmente para com minha formação acadêmica e pessoal.

À Zelí, secretária do Curso de História, sempre muito prestativa, divertida e atenciosa.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Tubarão – SC, por possibilitarem a realização da pesquisa em seu riquíssimo acervo.

Ao Sr. Vanio Coelho, jornalista experiente e acessível, sem o qual seria muito mais difícil compreender os meandros da mídia impressa de 1974.

Ao Renato de Araujo Monteiro e aos Drs. Marcelo Pustilnik Vieira, Jó Klanovicz e Lise Sedrez, pelas importantíssimas contribuições acadêmicas sobre História Ambiental e Desastres, comungadas no Simpósio Internacional de História Ambiental e Desastres, ocorrido em Guarapuava em outubro de 2011.

E, muito especialmente, a todos os colegas de jornada por estes cinco anos de convívio, amizades e conhecimentos compartilhados. A todas as conversas acadêmicas desenroladas, tanto no bloco “T” quanto no “Bloco Amarelo”. Às histórias e ao pouco de cada um que levamos conosco, agora, em cada caminho diferente tomado por cada um de nós.

“O rio Tubarão, que era o nosso orgulho particular, cantado e decantado por nós, citado em prosa, versos e poesia, era o nosso cartão de visitas, fitado, olhado, admirado e fotografado a todo instante, se voltou contra nós, fazendo-nos tombar prostrados, a ponto de vivermos de caridade alheia, que felizmente ainda há, destruindo toda uma cidade, deixando ao relento, com fome, frio e dor, mais de setenta mil almas.”

RESUMO

Através das ferramentas teórico-metodológicas da linha da História Ambiental, esta pesquisa realiza uma investigação histórica de uma enchente ocorrida em março de 1974, na cidade de Tubarão - SC. Além da revisão bibliográfica de diversificadas áreas do conhecimento sobre o tema, faz-se uso ainda dos documentos produzidos pela mídia impressa de época como fonte e material de análise. A grande maioria dos discursos da imprensa do período representa a natureza como grande vilã, incontrolável, furiosa, produtora daquele desastre natural, do qual a humanidade deveria se proteger. No entanto, verificando a região onde se insere a cidade, evidencia-se vários fatores antrópicos que vêm a alterar negativamente a normal vazão das águas e seu constante movimento natural de exceder as margens e derramar-se pelas várzeas, aonde a cidade veio a crescer. Nesta dialética é que o trabalho se desenvolve, no discurso da mídia de 1974 e a análise histórico-ambiental. Assim, o objetivo da pesquisa é compreender o processo histórico de formação do “desastre natural” que tende por eliminar da população a responsabilidade do risco de habitarem locais historicamente inclinados a servirem de palco a fenômenos naturais, ainda maximizando estes riscos, sem respeitar a natureza, e criando mecanismos para “controlá-la”.

Palavras – chave: História Ambiental; imprensa; meio ambiente; desastre ambiental.

ABSTRACT

Through theoretical and methodological tools of environmental history line, this research, conducts an analysis of a flood that occurred in March 1974 in the city of Tubarão - SC. In addition to the bibliographical review of diverse areas of knowledge about the subject, still makes use of documents produced by the print media as a source of time and material analysis. Vast majority of the speeches in the press media of that period represents the nature as a great villain, uncontrollable, angry, a producer of that "natural disaster", in which humanity ought to protect. However, checking the region which includes the city it is evidenced many anthropic factors that come to negatively alter the normal flow of water and its natural constant movement outside the margin and poured out the wetlands, where the city grew. It is in this dialectic that the work develops, in media discourse analysis of 1974 and the historical environment. So the objective of this research is to understand the historical process of formation of the "natural disaster" that tends to eliminate the population's responsibility of the risk of local habits historically inclined to serve the stage for natural phenomena, still maximizing these risks, without respect the nature, and creating mechanisms "to control it".

Key Words: environmental history; press media; environment; environmental disaster

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico de frequência de desastres naturais e tempestades anuais ocorridas entre 1900 e 2006 em todo o mundo	17
Figura 3 – Mapa físico da cidade de Tubarão e região	19
Figura 4 – Reportagem do jornal Tribuna Sulina de 06/04/1974.....	30
Figura 5 – Trecho de reportagem do Jornal de Santa Catarina de 1974	32
Figura 6 – Imagem do traçado original do Rio Tubarão em 1974 e após retificação de 1982 pelo DNOS.....	35
Figura 7 – Reportagem mostrando declaração do Prefeito Municipal de Tubarão de 1974, indicando o desmatamento como causa das enchentes.....	38
Figura 8 – Vista da margem do rio Tubarão sem mata ciliar alguns dias após a enchente de 1974	39
Figura 9 – Vista aérea da cidade de Tubarão na década de 1960.....	40
Figura 10 – Reportagem do Jornal de Santa Catarina de 18/04/1974 questionando o modelo de reflorestamento e o descaso com a ecologia	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

PMT – Prefeitura Municipal de Tubarão

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

SC – Santa Catarina

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ENCHENTE.....	14
2.1 Imagens e representações dos “Desastres Naturais”	15
2.2 O histórico de enchentes em Tubarão - SC	18
2.3 A memória do desastre e a exploração política	24
2.4 A ocupação do território da cidade de Tubarão - SC.....	26
3 VISÕES E REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA	28
3.1 A enchente como um “Desastre Natural”	31
3.2 As causas e os culpados.....	33
3.3 A culpa é da natureza: ações e soluções.....	34
3.4 Causas e problemas ignorados	37
4 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	50

1 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a enchente do rio Tubarão ocorrida em março de 1974, na cidade de Tubarão–SC. A inundação não foi apenas uma enchente comum, de conotação local, mas um desastre conhecido internacionalmente. Em função de sua dimensão geográfica, destruição, perdas materiais e humanas, e sua repercussão, ela acabou recebendo uma denominação própria, *A Enchente de 74*.

As chuvas, que acarretaram esta inundação em Tubarão, ocorreram entre os dias 22 e 25 de março de 1974 no município de Tubarão e arredores, resultando na maior cheia já registrada na região. O episódio é lembrado, ainda hoje, como sinônimo de grande sofrimento, principalmente pelos moradores da cidade. A lembrança da inundação permitiu analisar também sua memória.

A divisão temática do trabalho foi pensada de forma a dar fluidez e fácil compreensão ao leitor. Dividido em dois capítulos, o primeiro remete à história e memória da enchente. Inicia-se por uma breve discussão de História Ambiental no Brasil, mostra o extenso histórico de inundações ocorridas naquela região, da ocupação do território, crescimento da cidade e do uso e construção da memória de desastres.

O segundo capítulo, voltado à mídia impressa, analisa seu discurso. A análise evidencia os exageros e distorções, desconstruindo conceitos enraizados. Além disso, mostra outras causas e problemas que não ganharam espaço na discussão.

Como metodologia, buscou-se aplicar conceitos de História Ambiental e desastres. Nesta perspectiva, o ambiente no qual o ser humano se insere e se relaciona, que neste caso é um ambiente urbano (ambiente cultural), também ganha foco. Procura-se desmistificar aspectos já naturalizados através do discurso, da produção relativa à mídia impressa sobre o desastre e da memória pós-enchente. E, ainda, problematizar o descaso com o meio natural, o não confronto de interesses econômicos e políticos por parte de quem pensa a enchente e como evitá-la. Então, a História Ambiental se aplica na relação cultura/natureza, e aborda temas como o clima, áreas de preservação, impactos ambientais, desastres ambientais, meio ambiente, discurso, interesses políticos e econômicos, entre outros.

Deste modo, esta pesquisa torna-se relevante uma vez que questiona, além do enquadramento de uma inundação como desastre natural, o próprio conceito do desastre. Os “desastres naturais” possuem fortes traços humanos em sua gênese, mas que são transformados em “desastres naturais” através do discurso ou de um método distorcido de qualificação. Essa distorção acaba amortizando a crítica sobre o modelo de desenvolvimento econômico existente, da sociedade consumista contemporânea, e sua organização. Com isso, construindo uma falsa sensação de inocência por parte da sociedade diante de um “desastre natural”.

Para verificar esta construção, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica em livros e artigos produzidos desde 1974 até 2011, além da utilização de jornais contemporâneos à inundação como documentos. Nos dias que se passaram logo após a inundação, extensa produção escrita, originada principalmente de jornais do estado de Santa Catarina, e alguns além, foram publicados. A releitura destes materiais produzidos pela mídia e dos relatórios sobre a inundação e de como evitá-las, mostram muitos aspectos interessantes relacionados ao discurso *humanidade x natureza*. Sua análise se torna peça fundamental ao questionamento das práticas antrópicas sobre o meio ambiente e o discurso sobre ele produzido.

2 – HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ENCHENTE

A pesquisa histórica de um desastre ambiental proporciona várias alternativas diferentes em relação à perspectiva de análise. Devido a sua abrangência, pode-se fazê-lo através de um foco histórico-econômico, ou através de uma ótica social, ou história do tempo presente, ou política, ou do ponto de vista da discussão de gênero, ou da micro-história, ou ambiental, ou qualquer outra.

Na área de História Ambiental, escolhida como abordagem neste trabalho, o foco está muito além de uma análise da natureza, acentuadamente nesta pesquisa, por analisar um fenômeno num contexto urbano. Neste caso, o foco encontra-se voltado ao ambiente, natural ou não, em que o ser humano está e se relaciona. De modo grosseiro, pesquisar o ser humano sem se preocupar com o meio ao qual ele está inserido é como pintar um quadro sem se preocupar com o plano de fundo.

Segundo Drummond (1991, p. 195) “a ‘nova historiografia’ tem sido incapaz de esclarecer exatamente os tipos de sociedade gerados pela exploração de um recurso natural ou de vários recursos simultaneamente, ou de vários recursos em sequência”. Surge a História Ambiental para ocupar esta lacuna existente na linha historiográfica, a lacuna ambiental.

A preocupação com o meio ambiente, a crítica ambiental e da exploração da natureza já vem de longa data no Brasil. José Augusto Pádua (2004) evidencia alguns episódios que remetem ainda ao período escravista brasileiro. Sua obra está voltada às florestas e meios naturais ou rurais, margeando o foco urbano proposto aqui. Vista como um divisor de águas, sua obra, que é resultante de sua tese de doutorado defendida em 1997, está a caminho de se tornar uma referência às ciências ambientais.

Mas, no campo historiográfico, a discussão ambiental brasileira, assim como em todo o mundo, ainda é recente. (MARTINEZ, 2006). No início dos anos 90, ela chega como um método de pesquisa “estrangeira” (DRUMMOND, 1991, p. 195) e logo vai ganhando espaço entre outras perspectivas históricas. José Augusto Drummond, considerado um dos pioneiros nesta perspectiva de análise no Brasil, traz na virada das décadas de 1980 e 1990, a História Ambiental como uma possibilidade a ser explorada por historiadores brasileiros.

No olhar de José Augusto Drummond, a história natural necessita de um tempo diferente da concepção de tempo humana, ocidentalizada, da qual estamos acostumados. Segundo ele, o tempo natural (geológico) é muito mais longo.

Rachel Carson, norte-americana famosa por seu combate aos pesticidas e sua defesa ao meio ambiente, também fala sobre o tempo humano e o tempo necessário a regeneração da natureza. De acordo com seu olhar, a humanidade já não possui mais o tempo necessário para o ajuste entre as “coisas vivas” (CARSON, 1969, p. 15) e seu ambiente.

Utilizando essa divisão de tempo natural e humano, ao analisar um fenômeno natural, tentando fazê-lo pela perspectiva do tempo natural, o faz-se através da *longa duração*. Mas ao fazê-lo pela ótica de tempo humano, é possível analisar cada fenômeno separadamente.

Desastres raramente são objeto de estudo em suas próprias histórias ambientais, porque os historiadores ainda se preocupam primeiro com a longa duração. Sendo assim, catástrofes atraem sua atenção apenas quando demonstram certa continuidade e consistência.” (KLANOVICZ, 2008, p. 07)

A visão holística e transdisciplinar também podem trazer vantagens para melhor ilustrar e compreender cada fenômeno. “Uma investigação bem sucedida de ciência sócio-ambiental é, por definição, eclética.” (DRUMMOND, 2000, p. 11). É necessário mais do que uma única área do conhecimento para compreender por inteiro um desastre ambiental.

Assim como em várias áreas do conhecimento, a historiografia também vem dando luz a questão ambiental e a natureza. Mesmo recente, esse processo de repensar as ações humanas em seu meio e buscar métodos de menores impactos a natureza vem, cada vez mais, gerando discussões relevantes.

2.1 – Imagens e Representações dos “Desastres Naturais”

De acordo com o conceito de Emerson Vieira Marcelino (2007), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os desastres ambientais são classificados em *naturais* e *humanos*. Os desastres humanos são aqueles que ocorrem pela atividade humana, como: alguns incêndios, envenenamento de um rio por produtos químicos, entre outros. Já os desastres naturais são acontecimentos originados por um fenômeno natural, com ou sem o agravo da participação humana,

que resulta em danos humanos, materiais e ambientais. Os tipos de desastres naturais são variados, entre eles estão as enchentes, terremotos, furacões, tornados, tempestades, etc...

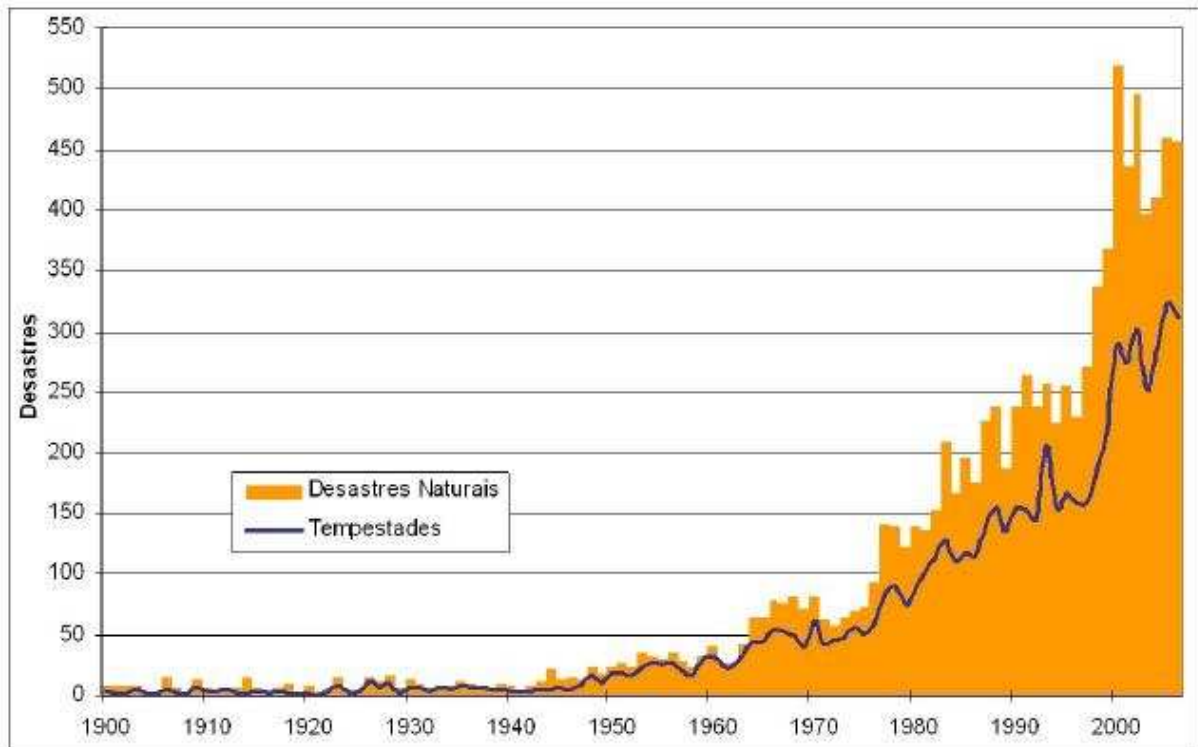
No Brasil, os fenômenos naturais mais comuns que acarretam desastres são os fenômenos da dinâmica externa da terra, tais como: chuvas, tempestades e deslizamentos. Mas, ao mesmo tempo, todos estes elementos são ocorrências naturais do planeta, existentes há milhões de anos, essenciais à renovação e equilíbrio do relevo terrestre.

Na região sul do país, por estar localizada sob influência dos climas temperado e subtropical, esses fenômenos são mais frequentes e poderosos. (KLANOVICZ, 2009). Em Santa Catarina, os “desastres naturais” mais comuns são as enchentes, inundações e deslizamentos, causados em sua maioria, por elevados índices pluviométricos. Outros fenômenos também ocorrem, mas em menor frequência e consistência (CUNHA, 2003). No entanto, ações antrópicas como modificações em leitos, impermeabilização dos solos ou o assoreamento de rios, têm intensificado as ocorrências e potencializado estes fenômenos.

Em contrapartida, a definição de “desastre natural” de Marcelino (2007), retratando a natureza como única causadora de desastres, como enchentes ou deslizamentos, é passiva de questionamento, e, portanto, será tratada aqui entre aspas. Isso porque no ato da subjugação da natureza pelo ser humano, o próprio ser humano causa a destruição de seu *habitat* (CARSON, 1969). Ao chamar de “desastre natural”, a responsabilidade é retirada da humanidade e colocada como um fenômeno natural de conotação (quase) divina, impossível de ser evitado, a menos que o ser humano altere, destrua e subjogue ainda mais a natureza com métodos paliativos para evitar novos “desastres naturais”.

Os “desastres naturais” no mundo vêm aumentando muito significativamente. Nas últimas décadas sua frequência chegou a aumentar cem vezes em comparação a década de 1940 e início de 1950, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 1 - Gráfico de frequência de desastres naturais e tempestades anuais ocorridas entre 1900 e 2006 em todo o mundo.



Fonte: MARCELINO, 2007, p. 10.

Ao analisar o gráfico acima, é fácil compreender que a origem dos desastres é antrópica. O crescimento dos desastres acompanha o desenvolvimento econômico do período pós - segunda guerra mundial e o período de crescimento dos centros urbanos. Com o desenvolvimento econômico do modelo capitalista, a exploração da natureza pelo ser humano também é aumentada (LUTZENBERGER, 1985).

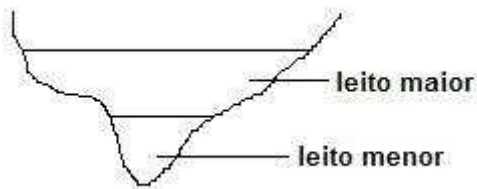
O acontecimento acentuado de enchentes, inundações e deslizamentos que se tornam desastres, está mais relacionado a habitações construídas em locais inadequados, como encostas e regiões baixas ou banhadas por rios e lagos, do que somente o volume pluviométrico.

Segundo Porto (1995), sem um bom planejamento urbano, o limite de uma ocupação de terrenos baixos, ou banhados por rios, vai depender muito da memória das cheias. Muito comumente, áreas com grandes riscos a inundações, que passam alguns anos sem enchentes, são loteadas e se tornam bairros residenciais. Esses bairros, fáceis de serem encontrados em cidades ribeirinhas, se tornarão um local passivo a “desastres naturais”:

As cidades, no passado, localizavam-se próximas a rios de médio e grande portes, para uso do transporte fluvial. A parcela do leito maior ocupada pela população sempre dependeu da memória dos habitantes e da frequência [sic] com que as enchentes ocorriam. (PORTO, 1995, p. 20)

O leito menor é o nível normal de vazão da água fluvial. O leito maior, por sua vez, é o nível mais alto que o rio alcança. Dá-se em tempos de cheias e enchentes, onde o rio extravasa suas margens. Abaixo a representação de leito menor e maior:

Figura 2 - Ilustração de leito maior e leito menor de um rio.



Fonte: do autor.

A descrição de Porto (1995) se encaixa perfeitamente ao caso aqui analisado. “Os moradores da cidade de Tubarão haviam perdido a memória das enchentes anteriores, porque, nas últimas décadas, elas aconteciam somente nos campos” (VETTORETTI, 1992, p. 225), o que fez com que a cidade avançasse em direção às áreas mais baixas, sujeitas a inundações. Quando houve a cheia de 1974, e o rio extrapolou seu leito normal e a cidade foi atingida por uma inundação.

2.2 – O histórico de enchentes em Tubarão-SC

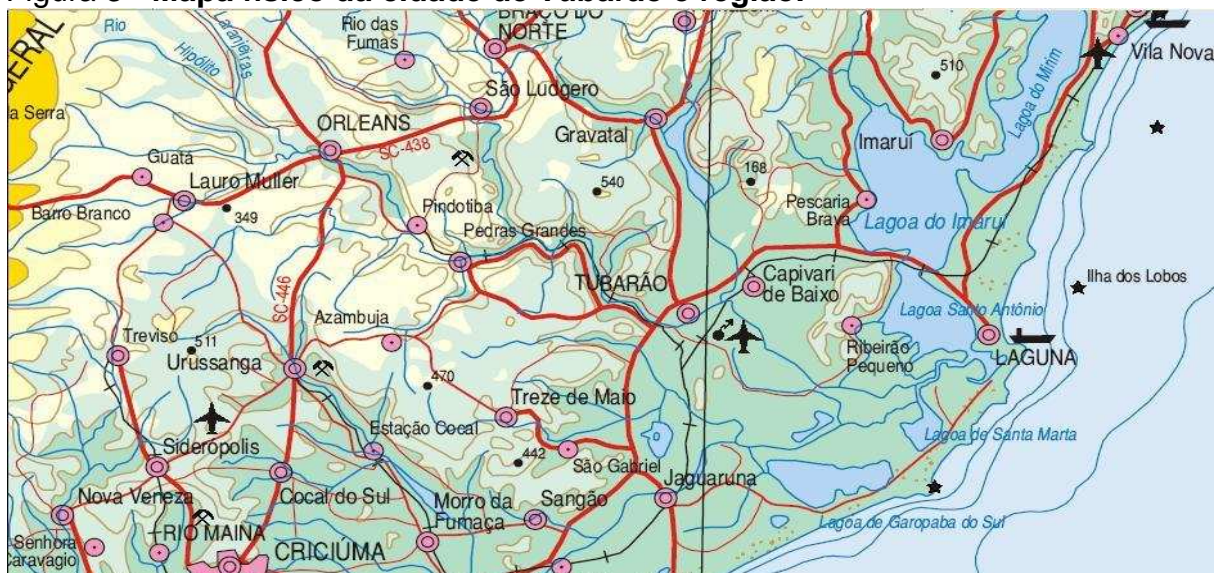
Esta enchente, que ocorreu em março de 1974, não foi a primeira a atingir a cidade, mas foi a primeira a ganhar tão grande enfoque e proporções. Ocorriam inundações na região muito antes da existência da cidade, e existem relatos de inundações ainda maiores, anteriores a 1974. Sobre as anteriores, não foram evidenciadas obras publicadas da época, apenas algumas raras posteriores. Sua existência pode ser comprovada e analisada principalmente em atas municipais e arquivos diocesanos.

A cidade de Tubarão está localizado em uma área plana, porém baixa, drenada pelo rio que dá o nome á cidade. Sua altitude em relação ao mar é de

aproximadamente 8 metros (COMISSÃO, 2011). A área onde está localizada, às margens do rio, foi formada durante séculos sucessivos de deposição de material erodido das encostas próximas e da Serra Geral. As águas do rio correm lentamente em Tubarão devido às poucas (ou nenhuma) quedas e desníveis existentes, e ao assoreamento de seu leito. A mata ciliar é composta por alguns poucos metros com muitas espécies exóticas, que foram replantadas após 1974.

A constituição do solo da cidade de Tubarão “se caracteriza, principalmente por uma planície sedimentar de formação recente, sendo que as elevações existentes correspondem a rochedos ilhados” (HIGASHI, s/d, p. 03), e sua composição é principalmente de “Suíte Intrusiva Tabuleiro, Sedimentos síltico-arenosos de lagoas e baías e os Sedimentos argilo-arenosos contendo matéria orgânica de origem fluvio-lagunar” (HIGASHI, s/d, p. 03). Toda a área onde foi edificada a cidade apresenta indícios de já haver sido, num passado não tão distante, leito de um grande rio ou parte de um lago. Isso pode ser mais bem observado através de sua formação geológica e da composição de seu relevo, constituído de uma planície inserida em um grande vale fluvial, ilustrado na *figura 3*.

Figura 3 - Mapa físico da cidade de Tubarão e região.



Fonte: http://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/fisico/SC_Fisico.pdf

Ao realizar uma análise hidrográfica da cidade de Tubarão e observar as lagoas nos arredores, chama a atenção que todas são ligadas por canais ou rios. Estas ligações podem ser resquícios de sua unidade ancestral, assim descritas por Edgar Nunes:

Toda a nossa baixada do rio Tubarão estaria na fase de acomodação. Todo o complexo lagunar, bem maior. Muito maior... A foz do nosso rio seria então lá pela volta do Poço Fundo, na ponta norte do Formigão. O morro onde hoje está a nossa luminosa Catedral, era apenas uma ilha, antes uma ilhota, como ilhas eram também os morros de Congonhas, Morrinhos. O local do Morro dos Ipês era apenas outra ilhota. Como ilhota era o morro do Farol, o morro do Caçador, em Capivari. Todo o espaço entre as ilhas e ilhotas formavam o delta do Tubarão, cheio de lagoas e poças quando das grandes secas e de imensa lagoa nas épocas chuvosas e de altas marés, bem mais frequentes do que atualmente. Justamente esta constante mutação natural, de cheias, quando grande quantidade de material era trazido pelas águas lá do Planalto, nas nascentes do rio, para serem depositados nos baixios e que as secas os consolidavam. (NUNES, 2002, p. 11)

As primeiras grandes enchentes que se têm notícias são datadas ainda do início do século XIX. Todas elas sempre relacionadas ao transbordamento do rio Tubarão. Entre as primeiras a serem documentadas, está uma inundação, ocorrida em 1834, que foi relatada no livro “A Republica Catarinense” do Almirante Henrique Boiteux, de 1927. (BOITEUX, 1927 apud COMISSÃO, 2011). Poucos anos depois, “em 1838, ocorreu uma grande enchente em todo litoral de Santa Catarina. (...) tudo virou oceano.” (VETTORETTI, 2007, p. 14). Em 1880 e 1881, assim como em 1973 e 1974, ocorreram duas inundações, sendo a primeira de menor proporção, afetando apenas a agricultura, e a segunda de maiores proporções, ocasionando, inclusive, grande preocupação entre os moradores, como pode ser evidenciado no pronunciamento do vereador João Cabral de Mello de 19 de fevereiro de 1881, extraída do livro de Amadio Vettoretti:

Pela nova vazão das  guas em que submergiu a maior parte das vargens dos vales deste município, fato este, que se produziu nos dias 15 e 16 do mesmo mês a fim de que o Exmo. Senhor Presidente da Província venha em auxílio dos que gemem sob tantas e tão terríveis catástrofes. (apud VETTORETTI, 1992, p. 225)

Poucos anos depois, em 1887, outra enchente assola a cidade, e esta ainda maior que as anteriores documentadas. Entre os prejuízos estavam “todas as lavouras dos pobres lavradores, assim como diversas casas que foram arrancadas pelas  guas” (MACHADO, 2005, p. 15). “Os habitantes da cidade já estavam habituados a assistirem enchentes e sabiam que as águas não ultrapassariam a um determinado nível” (FREITAS, 2001, p. 12), mas, assim como em 1974, estavam enganados.

Em 25 de setembro de 1897, outra inundação traz desespero aos tubaronenses. “Diz-se que houve até ceifa de vidas humanas, somada a expressivas perdas materiais principalmente no âmbito rural” (MACHADO, 2005, p. 15). Também está ligada a esta inundação a destruição do Palacete Cabral, que estava em construção, restando apenas os alicerces. (ALBEIRICE, 1981)

Após alguns anos, em 1917, outra inundação do rio ocorreu em Tubarão. Embora em menores proporções que a de 1887 e a de 1897, também ocasionou estragos e prejuízos na cidade, como pode ser visto no artigo do jornal “A Opinião” de 26 de janeiro de 1917:

(...) o Tubarão, que margeia esta cidade, avolumou-se rapidamente, terrível, ameaçador, alterou-se com a impetuosidade do auxílio d’água das montanhas e espalhou-se à fora (...). O tráfego da estrada de ferro acha-se interditado, visto terem ficado debaixo d’água quilômetros inteiros da linha. (A OPINIÃO, 1917 apud VETTORETTI, 1992, p. 225).

Em 1928, outra vez as águas do rio Tubarão voltam a assustar os moradores.

Em 7 de maio de 1928 – dessa vez ocasionando consideráveis prejuízos ao centro urbano e a zona rural já razoavelmente populosa – repete-se ao desastre climático, agora com resultados alarmantes para o seu tempo. (MACHADO, 2005, p. 16.)

Ainda sobre a inundação de 1928, falou-se que foi “a maior desgraça até hoje conhecida aqui. Os prejuízos da lavoura, agricultura, indústria e pecuária são calculados superiores a três mil contos.” (A IMPRENSA apud MACHADO, 2005, p. 16).

Em 1971, outro acontecimento marcou a vida dos moradores da cidade de Lauro Muller e região, onde nascem e passam alguns dos afluentes do rio Tubarão:

(...) soprou levemente um vento leste, empurrando nuvens escuras em direção à Serra Geral, indo se condensar nas proximidades de Lauro Muller. Em curto espaço de tempo, a destruição se fez de forma avassaladora: a ponte de concreto arrancada, a estação rodoviária e outras construções foram arrasadas. (FREITAS, 2001, p.12)

Assim como nos episódios de 1880 e 1881, em 1973, um ano antes da inundação objeto desta pesquisa, outra cheia, embora de pequena proporção,

atingiu a cidade. A providencia tomada foi a mesma que seria realizada em 1974, abrir a barra do Camacho que estava assoreada.

Em 1973, numa tentativa de salvar as terras inundadas pelas águas represadas do rio Tubarão, o prefeito Irmoto Fuerschuetz começou a abertura da barra do Camacho. (JORNAL DE SANTA CATARINA, 23/04/1974, p. s/n).

No advento de março de 1974, o ocorrido foi fruto de uma grande combinação de fatores naturais e humanos. Depois de um período com chuvas intermitentes, que deixaram o solo já consideravelmente encharcado. Era a conhecida *lestada* (chuva e ventos vindos do mar) que chegara ao continente e se represava na Serra Geral. Esta situação, agravada pela maré sizígia que represava a vazão das águas na barra de Laguna-SC, começava a avolumar o leito do rio, que já se encontrava assoreado e sem mata ciliar.

No dia 22 de março, sexta-feira, as chuvas foram mais intensas. As áreas baixas já começavam a ficar tomadas pela água, mas, até então, não haviam grandes preocupações. Áreas de plantio, que eram as primeiras a serem atingidas, já não causavam espanto ao ficarem submersas, uma vez que algumas dessas áreas estão a apenas 1 metro de altitude em relação ao nível do mar (VETTORETTI, 1992).

No sábado, dia 23 de março, duas “trombas d’água estavam assolando as cidades de Orleans e Lauro Muller” (CARGNIN, 2000, p. 146). O rio não demorou a subir e, com isso, aumenta o numero de desabrigados. À tarde, as águas parecem se estabilizar e algumas pessoas já retornam para suas casas. “Ainda que numa situação absolutamente crítica, sentiu-se um clima de relativa euforia e uma breve sensação de alívio.” (CARGNIN, 2000, p. 147)

Mas, o alívio não durou. Logo a chuva voltou a cair e os noticiários da rádio Tubá continuavam a alertar a população. Isso, até que as 22h00min a cheia tomou a termoelétrica Jorge Lacerda e fez-se o apagão, iniciando a que seria chamada de “noite da agonia” (MACHADO, 2005).

As águas continuavam subindo rapidamente durante a noite. Muitas pessoas foram pegas de surpresa em meio à escuridão. Quem pôde, fugiu as pressas de suas casas e se refugiou em locais mais elevados, como o morro da catedral ou alguns prédios públicos.

Entretanto, alguns se refugiaram em casas de conhecidos e, dentre estas, algumas situadas em encostas. Estes não sofreram com as cheias, mas acabaram sofrendo com deslizamentos de terra e rochas que desciam das partes mais elevadas dos morros. Oficialmente 25 pessoas morreram soterradas por deslizamentos de encostas, das quais muitas nunca foram resgatadas e permanecem sob os escombros de suas casas, terra e rochas que vieram morro a baixo. (ALBEIRICE, 1982).

Ao raiar do sol na manhã de domingo, dia 24 de março, o que se via era inacreditável. Desde as proximidades da localidade de Gravatal até o Camacho, tudo era uma grande lagoa, como aquela descrita por Edgar Nunes, com uma extensão de aproximadamente 70 km. (CARGNIN, 2000, p.147).

Com a abertura da barra do Camacho, as águas que estavam represadas começaram a baixar rapidamente. Mas, com este aceleração que baixou 1 metro d'água em 2 horas, gerando enorme correnteza, culminou em contribuir com a destruição de casas e outras construções que estavam tomadas pelas águas.

Para se ter idéia do volume de águas represadas, quando o exército abriu a barra do Camacho, utilizando alguns quilos de dinamite, conseguiu abrir um canal de aproximadamente 10 metros, que se transformou em “quase um quilometro em consequência da força de água que desembocou no mar e causou a erosão natural do canal.” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 30/03/1974, p. s/n).

Mesmo com a abertura da barra e com o rápido escoamento das águas represadas, algumas pessoas somente puderam sair dos prédios em que estavam abrigadas na quarta-feira, dia 27 de março, permanecendo sem água energia, e, em alguns casos, racionando gêneros.

Depois que as águas baixaram o que se via era uma cidade arrasada. Apenas poucos pontos não foram alagados, e aproximadamente 60.000 dos 70.000 habitantes da cidade estavam desabrigados. A lama e o cheiro de podre estavam em todo lado. Os animais de corte, que eram encontrados vivos, eram sacrificados no meio das ruas e sua carne distribuída para a população. Segundo Vettoretti (2007, p. 15), o episódio da enchente que mais lhe marcou foi “a cena de um boi sendo carneado na Rua Laguna.” O mesmo autor ainda relata: “Eu estava com a máquina no pescoço, mas fiquei tão petrificado que não consegui fazer a fotografia.”

Grupos inteiros de pessoas adoeciam devido à contaminação das águas e a escassez de água potável e comida (CARGNIN, 2000, p. 147). Pessoas de todas

as camadas sociais eram vistas com baldes ou outros recipientes transitando pelas ruas em busca de água e alimentos (JORNAL DE SANTA CATARINA, 24/05/1974). Os jornais de 1974 sugerem que tanto famílias mais abastadas quanto as menos abastadas foram atingidas.

Curiosamente, na enchente de 1974, o prefeito municipal era Irmoto José Feuerschettte, filho de Otto Frederico Feuerschettte, prefeito de Tubarão em 1928, ambos médicos. Possivelmente, a experiência e a memória do caso vivido por seu pai, em 1928, ajudou Irmoto quando enfrentou outro acontecimento parecido, embora de maiores dimensões.

Além destas inundações aqui mostradas, muitas outras ocorreram na região. “Nas últimas três décadas anteriores a 1974, as inundações foram bastante frequentes e, tendo em vista a uniformidade das precipitações pluviométricas na área, elas ocorriam em qualquer época do ano” (FREITAS, 2001, p. 13), mas, costumeiramente, atingiam apenas as plantações.

As inundações frequentes já eram conhecidas, e já se sabia que vários pontos da cidade apresentavam frágeis defesas contra elas. “O bolsão ou a bacia que se forma no espaço entre a BR101 (...), quando de chuvas intensas, sempre acumulou grande quantidade de água, causando enormes prejuízos aos moradores.” (FEUERSCHETTE, 2004, p. 51)

Mesmo com um histórico tão extenso de cheias e inundações anteriores a 1974, “a memória desses fatos foi apagada de forma coletiva. Por desconhecimento de situações e episódios semelhantes, muitos consideram a inundação de 1974 como fenômeno, algo inédito, e para alguns, até um castigo.” (VETTORETTI, 1992, p. 224).

2.3 – A Memória do desastre e a exploração política

A memória do desastre, que contribui para evitar edificações ou moradias em locais onde a água já chegou, também é usada como meio de persuasão em massa. Amadio Vettoretti (2007, p. 14) conta que, com a enchente de 1974 ainda latente na memória, “em 1981 deu uma enchente que quase o rio transbordou e a cidade entrou em pânico. A cidade parou, todos entraram em desespero. Os carros se batiam uns nos outros.”

Esta lembrança nos permite fazer um paralelo entre desastres e memória. A memória pode ser uma grande ferramenta, nos casos de “desastres naturais”, possibilitando legitimar ações públicas no período pós-enchente, algumas vezes mascarando manobras políticas ou interesses econômicos particulares. Como o caso de Chernobyl em que as fotos, memoriais e visitas turísticas a “zona”, servem como instrumento de exploração de turismo e propaganda do desastre. A enchente de Tubarão também tem sua memória, que é explorada e manipulada.

Interessante mencionar que até mesmo pessoas que não vivenciaram a enchente, que residiam em outros locais ou nem eram nascidas, possuem memória da referida enchente. Sobre isso, Bossi (1994 apud GONÇALVES, 2010, p. 12) nos adverte que “muitas de nossas lembranças não são originais, foram inspiradas nas conversas com os outros.”

Ao questioná-las sobre o acontecido, os comentários recebidos instantaneamente, geralmente, são referências a estas imagens ou a relatos de conhecidos que a vivenciaram, expondo a existência de uma memória comum ao grupo. Thompson (1992 apud GONÇALVES, 2010, p. 12) mostra que essas “informações de segunda mão”, muitas vezes se apresentam de maneira mais forte que o incidente, dando a falsa impressão de participação real no acontecimento.

No caso de Tubarão em 1974, o próprio historiador Amadio Vettoretti, que era fotógrafo e que teve seu estúdio atingido pela cheia, o reconstruiu vendendo fotos da enchente que ele próprio havia feito, para que as pessoas guardassem como recordação. Alguns chegavam a comprar 50 fotos, de maneira que este gesto contribuía na propagação da memória. Além do próprio fotógrafo, as fotos também serviram na campanha de reconstrução, chegando às mãos de Ernesto Geisel, presidente brasileiro naquele período, e outros dirigentes políticos da época. (VETTORETTI, 2007).

Quanto ao total dos “auxílios” financeiros à cidade em decorrência da inundação, somaram CR\$ 16.319.326,79, recebidos das seguintes instituições:

Tabela 1 - Valores recebidos pela PMT para a reconstrução da cidade em 1974.

VALOR EM CR\$	FONTE DA DOAÇÃO
10.000.000,00	Governo da União.
23.000,00	Comissão Estadual de Defesa Civil.
100.000,00	SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo)
3.325.000,00	Governo do Estado
564.000,00	Ministério da Educação e Cultura.
1.070.000,00	Ministério do Interior
543.000,00	DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento)
694.326,79	Anônimos

Fonte: ALBEIRICE, 1981, p. 80 – 81.

Para fazer noção deste valor, tomando o valor do salário mínimo de março de 1974, que era de CR\$ 312,00, o produto resultaria em, aproximadamente, 52305 salários mínimos. Multiplicando este número pelo valor do atual salário mínimo, que é de R\$ 545,00, decorreria no valor de R\$ 28.506.515,00.

Tomando o exemplo da reconstrução da Ponte Pênsil, para qual a cidade recebeu um montante de CR\$ 218.000,00 (ALBEIRICE, 1982), que, através do mesmo cálculo dos salários de 1974 e hoje, resultaria num valor aproximado de R\$ 381.500,00. Valor considerável se visto que objetivava a reconstrução de uma ponte de cabos de aço para travessia de pedestres.

Neste montante de “auxílios” estão inclusas apenas doações em espécie, outros “auxílios” em forma de materiais de construção, bens de consumo, alimentos, maquinas, e até obras de construção civil, entre outras coisas, contribuiriam em muito para engrandecer ainda mais o total acima.

Os jornais de 1974 também noticiavam veemente a necessidade de auxílio externo e a dependência a esta situação. O jornal “O Estado” (01/04/1974, p. s/n) afirmava que “Tubarão é hoje uma cidade que durante muito tempo deverá ser alimentada e reconstruída com recursos vindos de fora.”

Desta forma, um desastre, e sua memória, podem ser usados para validar ações no período pós-enchente, principalmente através do discurso de que um novo evento desastroso deve ser evitado, ou da manutenção necessária pela destruição causada. Deste modo, cabe ao historiador a tarefa de ler a história no desastre, assim como a história do desastre. (KLANOVICZ, 2008).

2.4 – A ocupação do território da cidade de Tubarão - SC

Ainda no século XVIII, ou talvez antes, muito antes do surgimento da cidade, era comum que moradores da região, principalmente de Laguna, se estabelecessem, sazonalmente ou não, nas imediações do rio Tubarão em busca de terras férteis para plantio.

Desde as paragens da Madre, Morrinhos, Congonhas, Mato Alto, sempre a beira do rio, e invariavelmente, na fralda dos morros naqueles locais existentes, dezenas de lagunenses vinham ali residir, em busca das terras férteis que as frequentes enchentes do rio Tubarão, se encarregava de adubar. Não por acaso, aquela ampla várzea era considerada de terras tão boas, quanto às do Rio Nilo, mundialmente famosas. (NUNES, 2002, p. 96)

Sendo assim, é difícil datar com precisão a primeira edificação ou os primeiros residentes daquele local. Mas que, esta relação entre o fenômeno das cheias e da agricultura, já reforça a existência de uma estreita relação entre a sociedade, a natureza e os recursos naturais.

A qualidade do solo para plantio se dava pelas próprias cheias naturais do rio, que já ocorriam de tempos em tempos, quase de maneira cíclica. Já havia, então, naquela região um fenômeno natural conhecido, e que era aproveitado para a agricultura.

Naqueles tempos, séculos XVIII e XIX, diferentemente dos dias atuais, a natureza da região se mostrava ainda muito conservada. Em 1876, ao passar pela região, o desembargador Silveira Ferreira a descreve da seguinte forma:

Quanto a sua beleza natural, é deslumbrante. Acordei de madrugada ouvindo os mesmos sons, (dos remos), para contemplar com surpresa, nas planícies alagadiças que o Tubarão acama, o espetáculo de uma populosa fauna de aves aquáticas, multiforme senão multicolor, na ruidosa algazarra com que saldavam mais um sol nascente sobre alva de seu paraíso matutino. Palmípedes e pernaltas de todos os tamanhos: Patos, gansos, marrecos, cisnes de cabeça preta (*Cysnus nigricolis*), taás, garças finas e cegonhas, povoam aqueles banhados (grifo meu), em que arvores dispersas, como sentinelas da selva de rio acima, suspendiam os galhos flocos de barbas de velho. (FERREIRA, 1876 apud CARGNIN, 2000, p. 130)

Na atualidade, pouco desta fauna e flora ainda existem. Com o crescimento da cidade, e com o costume da caça e o ideal de progresso baseado no desmatamento para plantio, essa abundância de vida cedeu espaço a casas, ruas e prédios.

A cidade cresceu a partir da doação de João Teixeira Nunes de uma área de terras medindo 80 braças de frente por 80 de fundos (aproximadamente 31.000

m²) para a construção de uma capela. Esta capela, construída naquela elevação natural onde hoje esta edificada a catedral da cidade, catalisou o crescimento da comunidade ao seu redor.

Inicialmente, as terras mais baixas, de qualidade já mencionada, eram utilizadas para a agricultura, enquanto as casas eram construídas sob as áreas mais elevadas. Com o passar dos anos, e com o aumento populacional estimulado principalmente pelo comércio trazido pela abertura do caminho à Lages, a cidade cresceu para além dessa elevação natural onde havia se iniciado. Ao se espalhar pelas áreas mais baixas, a cidade passou a sofrer com enchentes, que até então afetavam no máximo a agricultura. Sobre essa ocupação errônea, Bardini (2007, p. 13) ratifica:

Dentre os fatores que favorecem ou agravam a ocorrência de inundações no Município de Tubarão, destaca-se a ocupação desordenada do solo urbano, direcionada, principalmente para regiões planas, especialmente para várzeas de inundação da bacia hidrográfica do rio.

Entretanto, quanto ao crescimento da cidade, pode não ter sido desordenado. Mas, ter seguido a ordem de um planejamento errôneo ou tendencioso, parcial, ou distorcido, mas que aceitável para aquele tempo. Quanto ao Plano Diretor, a cidade de Tubarão não possuía em 1974, sendo o primeiro datado de 1978.

3 – VISÕES E REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA

Primeiramente, é necessário fazer algumas considerações a respeito da pesquisa em jornais e do tempo histórico. Segundo Calegari (1993), é necessário analisar cautelosamente as notícias trazidas em jornais, pois elas podem sofrer distorções.

Além disso, “um mesmo fato pode ser divulgado de maneira diferente” (CALEGARI, 1993, p. 24) de acordo com o ponto de vista de quem escreve. Capelato (1988) define que a imprensa é polemista ao passo que trabalha com a contraposição de idéias, o que também explicaria essas divergências de relatos. Ainda sob o ponto de vista da mesma autora, o jornal “é um poderoso instrumento de manipulação de massas, que muitas vezes perde o teor informativo ao público,

para o alienar dos acontecimentos.” (CALEGARO, 1993, p. 24). Ademais, as relações de poder, mesmo que invisíveis ou imperceptíveis, tão bem analisadas por Michel Foucault (2006), também operam neste viés.

Ao falar especificamente de análises de jornais, segundo Baur (s/d apud MONTEIRO, 2011, p. 04) o jornal “é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura.” Os jornais possuem um grande potencial de como numa cápsula do tempo, gravar, além dos acontecimentos, outros aspectos e uma gama de emoções, sentimentos, relações de poder... Tudo isso está lá, nas entrelinhas.

Neste mesmo sentido, sobre o papel da imprensa na ocorrência de desastres, além de catalisadora central de narrativas sobre desastres e pós-desastres, suas narrativas vêm servindo como “barômetros culturais” (KLANOVICZ, 2008, p. 02) na relação entre humanidade e meio natural.

Ao verificar os jornais de 1974, realmente são encontradas várias informações que se contrapõem, assim como Calegato (1993) havia mencionado. Essas contradições encontradas são relativas ao número de vítimas, razão das inundações, quantidade de desabrigados, e todos os tipos de informações. Esses dados errôneos ou exagerados, muito comuns principalmente em empresas de comunicação sensacionalistas, são grandes formadores de opiniões e mitos. Sobre as divergências, Scott (s/d apud CAPELATO, 1988, p. 15) fala que “os fatos são sagrados. A opinião é livre.”

Sobre o episódio de 1974, Feuerschuetz (2004, p. 47) relata que:

As manchetes nacionais de jornais e televisão transformavam Tubarão e região em terra arrasada, extrapolando, sobretudo, a quantidade de vítimas fatais, chegando inclusive ao absurdo de anunciar 8.000 mortes.

Ainda sobre a mídia, Vettoretti (2004, p. 40) declara: “a mobilização foi emocionante. A imprensa usou o seu poder de comunicação emocionando os povos do ocidente.”

Mas, todo este discurso, algumas vezes demasiadamente exagerado, possui grande poder formador de opiniões. Ao ler um artigo de jornal, o leitor tende a tomar aquele conteúdo como verdade (CALEGARO, 1993), afinal, “deu no jornal é verdade” (CAPELATO, 1988, p. 22), assim como nesta reportagem abaixo:

Figura 4 - Reportagem do jornal Tribuna Sulina de 06/04/1974.



Fonte: Tribuna Sulina, 06/04/1974, p. 03.

De acordo com Martinez (2006, p. 28), utilizando as “lentes do historiador”, em menção ao referencial teórico utilizado pelo historiador para compreender seu objeto, é visível que através de uma alusão a narração bíblica do dilúvio, a reportagem mostra, exageradamente, as dimensões da inundação colocando-a num patamar titânico. Alguns trechos com termos do tipo “fenômeno ultra-extraordinário”, vêm a reforçar esta idéia de enchente como novidade, de modo a parecer um fato isolado, que nunca havia ocorrido antes. Idéia esta já desconstruída através do histórico de enchentes mostrado anteriormente.

Quando em seu discurso, o autor se remete ao morro da catedral que, ao servir de abrigo durante os dias de inundação, deixara de “ser um obstáculo topográfico na vida urbana da cidade” e passa a “assumir posição de bendito

salvador da população.” Neste fragmento, devido à necessidade humana, o morro abandona a condição de empecilho, onde, em casos como o Morro do Castelo no Rio de Janeiro, poderia ser desmontado para servir de aterro, e passa a uma condição de relevância, onde agora se torna salvador de toda uma cidade.

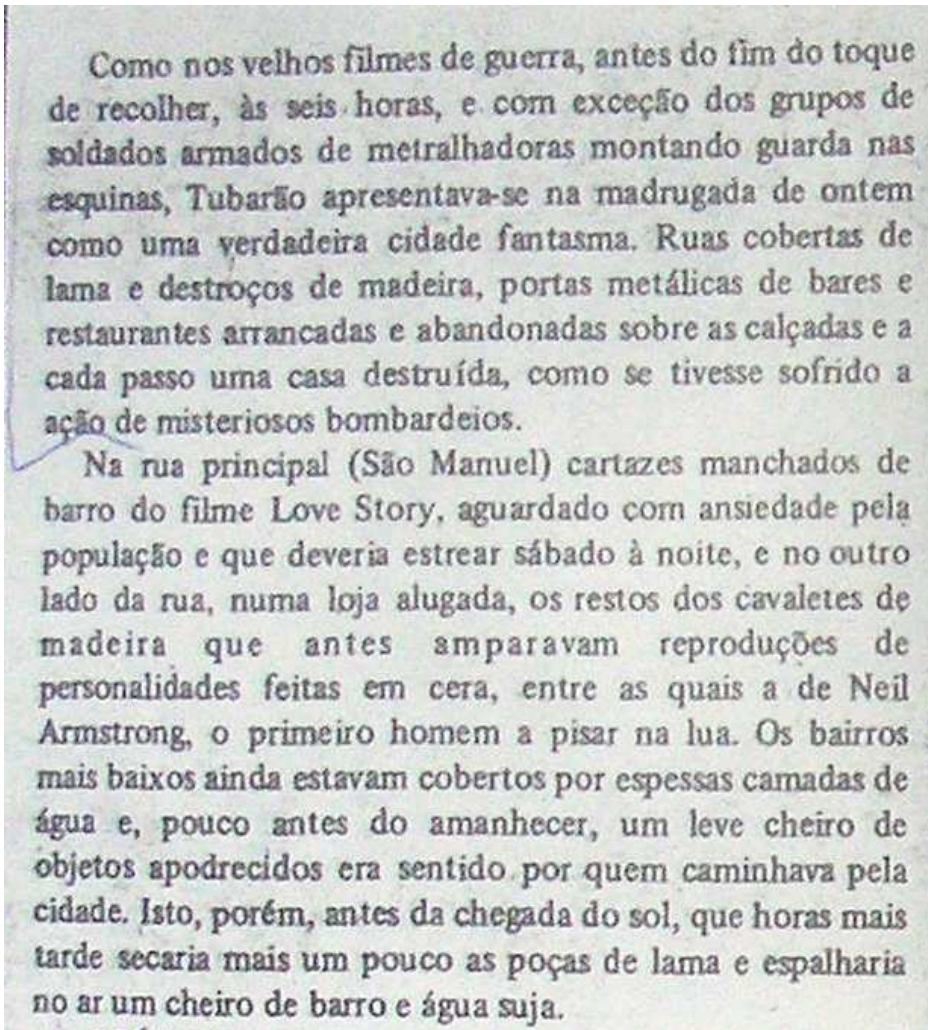
Como motivos causadores da enchente são apontados o grande volume de chuvas, a maré sizígia (tratada erroneamente como “Sisia”), e a “lestada”. Isso se repete em várias outras reportagens, do mesmo jornal e de outros, contribuindo com a construção de uma idéia de “desastre natural”, ou seja, um desastre causado pela natureza. No entanto, as causas da inundação são muito mais complexas que isso, frutos de uma sinergia de fatores, humanos e naturais, que compuseram aquela conjuntura.

3.1 – A enchente como um “desastre natural”

A transformação da inundação em “desastre natural” está muito relacionada ao discurso da mídia, mas não somente. Ainda recentemente, mesmo em meios acadêmicos, verificam-se, especialmente entre engenheiros, uma tendência a defender o uso de obras da engenharia humana para evitar acontecimentos como inundações, e que nem sempre dão o resultado esperado (ver reportagem sobre cupinzeiros no anexo 1). Desta forma, deixando esquecidas as medidas de prevenção fáceis que deveriam ser tomadas antes das paliativas.

Salvo alguns casos de modelos sustentáveis, a relação das habitações e, conseqüentemente, das cidades com a natureza é conflituosa. Esta relação de confronto é possível de ser evidenciada na seguinte reportagem:

Figura 5 - Trecho de reportagem do Jornal de Santa Catarina de 1974.



Fonte: JORNAL DE SANTA CATARINA, 1974, p. s/n.

A visão romântica está muito evidente. A mancha de barro no cartaz, num simbolismo ao vandalismo da natureza; a longa espera pelo filme, que já se fazia tão aguardada e que não poderia mais ser exibido por causa da natureza; o cheiro de podre, a última agonia de quem tanto sofreu... Todos estes comentários exprimem sentimentos. Todos eles mostram o abalo daquela sociedade perante as chuvas.

É curioso o modo como o jornalista, entre tantos, decida citar apenas o manequim de cera de Neil Armstrong, e, não satisfeito, ainda continua complementando: “o primeiro homem a pisar na lua”. Por que Armstrong entre todos os que haviam ali? É possível que esta preferência esteja relacionada com a “época” (CALEGARI, 1993) do jornal. Naquele contexto de corrida espacial, em plena guerra fria dava, a personagens como Armstrong, maior importância e significado.

3.2 – As causas e os culpados

Diversas eram as explicações sobre a origem da inundação e variados os projetos para evitá-las. A vingança da natureza, os supostos pecados da cidade, as lendas do rio, o fim do mundo... Presenciava-se todo um composto imaginário nas mentes das pessoas. Bastava um cavalo morrer em frente a uma igreja para que isto se transformasse em um sinal divino (FEUERSCHETTE, 2004), e transformasse a cidade de Tubarão na Sodoma e Gomorra do século XX, em alusão a descrição bíblica da destruição das cidades por seus pecados.

Também foi lembrada a “maldição do rio Tubarão”, que segundo Nunes (2002), foi lançada ainda por um antigo Cacique, que habitava aquela região em tempos imemoriáveis. A maldição consistia na morte por afogamento de pessoas no rio de tempos em tempos. Entre as “vítimas da maldição” estaria, também, um irmão do citado autor.

O assoreamento da barra do Camacho também foi bastante apontado. Artigos de jornal, como o do Jornal de Santa Catarina de 23/04/1974, falavam da importância de se manter aquele canal artificial aberto para evitar novas inundações. Outro artigo, também do Jornal de Santa Catarina, de 30/03/1974, vem a legitimar o primeiro, defendendo o ponto de vista de que “Se não dinamitassem barragem, morreriam muitos mais” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 30/03/1974, p. s/n).

Outro, também apontado como culpado, foi o Rio Tubarão.

O rio Tubarão, que era o nosso orgulho particular, cantado e decantado por nós, citado em prosa, versos e poesia, era o nosso cartão de visitas, fitado, olhado, admirado e fotografado a todo instante, se voltou contra nós, fazendo-nos tombar prostrados, a ponto de vivermos de caridade alheia, que felizmente ainda há, destruindo toda uma cidade, deixando ao relento, com fome, frio e dor, mais de setenta mil almas. (TRIBUNA SULINA, 06/04/1974, p. 01)

Ao ler uma reportagem como esta, sem as “lentes do historiador” (MARTINEZ, 2006, p. 28), o primeiro pensamento a surgir na mente do leitor é: “Coitados dos tubaronenses!” Não questionando o sofrimento com a inundação, mas o discurso produzido, salta aos olhos que nesta reportagem o rio Tubarão é revelado como vilão absoluto, ingrato, rebelde, peça desta conspiração invisível que seria a natureza.

Desta forma, o rio é personificado, e toma características humanas desprezíveis que vêm a evocar sentimentos raivosos das pessoas sobre ele. Assim como uma criança malvada e desobediente, que recebe uma ordem: “Que tu, rio Tubarão, fique [*sic*] aí no teu leito, bem quietinho, emprestando beleza e imponência a Cidade Azul.” (ALBEIRICE, 1982, p. 102).

Do mesmo modo, a grande precipitação pluviométrica, a maré sizígia e vento leste (*lestada*) também foram apontados como causadores do desastre. Este conjunto teria sido o maior responsável pela “catástrofe” (TRIBUNA SULINA, 06/04/1974, p. 03)

“Como nos velhos filmes de guerra (...) Tubarão apresentava-se como uma cidade fantasma. Ruas cobertas de lama e destroços” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 27/03/1974, p. s/n). Contra quem era esta “guerra”? Quem destruiu a cidade? A resposta esperada seria “a natureza”, mesmo que sua figura não apareça diretamente divulgada nos artigos de jornais. Mas, quanto ao belicismo, os grandes coronéis também não vão ao *front*, apenas seus soldados, que neste caso são: a chuva, a maré, o fechamento natural da barra do Camacho, o vento leste, o rio...

3.3 – A culpa é da natureza: ações e soluções

Naquele contexto, a inundação era um problema que precisava ser resolvido a qualquer custo, e o mais rápido possível. De acordo com Vettoretti (2007), a cada chuva ressurgia a histeria da preocupação com a inundação. Várias sugestões surgiram em promessas políticas, discussões científicas e empíricas. Entre elas, falava-se em retificação do leito do rio, construção de barragens, aprofundamento do leito, construção de uma barra fixa no Camacho, construção de canais extravasores e transposição do leito do rio Tubarão.

Dentre tantas propostas e promessas políticas, confirmadas nos jornais “O Estado”, “Jornal de Santa Catarina” e “Tribuna Sulina”, de 19/04/1974, 25/04/1974, e de 20/04/1974 respectivamente, a única que parece ter sido cumprida, foi a retilinização do leito do rio Tubarão, representada a seguir.

Figura 6 - Imagem indicando parte do traçado original do Rio Tubarão, em azul e após retificação de 1982 pelo DNOS, em amarelo.



Fonte: Comissão, 2010, p. 18.

Quanto ao aprofundamento do rio, a idéia foi abandonada devido ao pouco declive em direção ao mar, aonde em alguns lugares esta relação chega a menos de um metro de altitude. E devido à construção de várias edificações muito próximas (sobre) as margens do rio, promovendo o risco de desabamento por desmoronamento das margens. (FEUERSCHETTE, 2004).

Sobre a construção de barragens para represar as águas das chuvas antes de chegarem a Tubarão, nada foi feito. A fixação da barra do Camacho é mantida paliativamente. Houve a tentativa de colocar sacos contendo concreto para manter as margens, mas não surtiram o efeito desejado. A barra artificial se fecha naturalmente e tem de ser reaberta de tempos em tempos.

Dos canais extravasores, que ligariam o rio Tubarão a lagoa do Camacho, também não foram realizados, entretanto essa idéia permanece ainda em frequentes discussões. Muito recentemente, em 06/10/2011, uma comissão organizada pela PMT, da qual faziam parte alguns vereadores e engenheiros, ressurgiu com este projeto. (COMISSÃO, 2011)

Esta comissão mostra, através de cálculos de engenharia, a fragilidade do município perante as cheias. Segundo o relatório final, “torna-se claro que, caso de ocorrer uma precipitação similar a de 1974, estaremos sob as águas transbordantes do Rio Tubarão.” (COMISSÃO, 2011, p. 18). Mas, novamente, levando em conta apenas um ingrediente de toda a conjuntura, a precipitação pluviométrica.

Tópicos que poderiam confrontar interesses políticos ou econômicos, como o respeito inexistente às vegetações ciliares, o avanço das residências em direção a locais ainda mais sujeitos a inundação, e a proteção de APPs e APAs, entre outros, não são abordados no relatório. A inexistência dessas discussões na atualidade, à luz da discussão ambiental, faz com que o relatório transpasse certo aspecto de viciosidade e distorção por ensejo particular, mostrando-se fruto de um pensamento cartesiano, de uma sociedade insustentável.

Sobre a construção do citado canal, poderia ser altamente desastrosa. Isso, entre outros fatores, devido à alta poluição do complexo do rio Tubarão, citada por Lunardi:

Segundo o diagnóstico geral sobre as bacias hidrográficas catarinenses, estabelecido em 1997 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado Santa Catarina, atualmente a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar está situada em décimo lugar dentre as mais poluídas do Brasil, constituindo uma das três regiões consideradas críticas no Estado. (LUNARDI, 2005, p. 16)

A suinocultura, a rizicultura, os resíduos urbanos e hospitalares, a mineração e a instalação do complexo termoelétrico Jorge Lacerda ainda na década de 1960, vêm maximizando a poluição do complexo lagunar. (LUNARDI, 2005).

Além do artificialismo do projeto, ao despejar toda essa poluição na lagoa de Garopaba do Sul, o impacto ambiental poderia ser gigantesco. Todo o ecossistema e a biodiversidade que ainda resistem estariam em risco, além da comunidade de pequenos pescadores residentes nas localidades de Camacho, Cigana, Garopaba do Sul e proximidades, que seriam prejudicados diretamente. Sem falar do risco de contaminação por ingestão de peixes e outros alimentos de fontes aquáticas, que estariam em contato com tamanha concentração de poluição.

Num mergulho entre tantas reportagens tendenciosas, construtoras de discursos antropocêntricos, comuns dos anos de 1970, não era de se esperar encontrar vozes e leituras que destoassem daquele discurso eco-destruidor, que se evidenciava tão facilmente. Mesmo de pequena mostra, estes discursos já comprovam a existência de algumas pessoas, ou grupos, que estavam questionando aquele modelo de sociedade, colocando-a, mesmo de modo secundário, como fator a contribuir com o desastre.

De acordo com Martinez (2006), o próprio surgimento da História Ambiental, ainda na década de 1970, é um forte indicador de que as pessoas

começavam a se preocupar mais intensamente com a necessidade de compreender e agir junto ao meio.

3.4 – Problemas ignorados

Faz-se necessário compreender que, o que diferencia um evento natural comum de um desastre, são os danos humanos, materiais e ambientais. (KLANOVICZ, 2008). Desta forma, uma inundação num dado local que não implique em perda humana, material ou ambiental, não pode ser considerada um desastre natural, mesmo que seja de grandes proporções. Um bom exemplo a ilustrar esta consideração é o fenômeno cíclico de cheias que atinge a região do Pantanal, onde, mesmo deixando submersa grande parte do território, não é considerado um desastre.

Nos dias que se seguiram logo após a enchente de 1974, cerca de 30.000 dos 70.000 habitantes da cidade estavam desabrigados. A partir daí, muito se falou sobre métodos para evitar que outro fenômeno daquela magnitude voltasse a assolar a cidade. Mas, pouco (ou nada) se discutiu sobre a ocupação imprevidente da cidade, da ausência de um plano diretor que abrangesse os problemas ambientais, da normalidade de ocorrências de cheias naquela área, tampouco questionamentos sobre a exploração e destruição do meio ambiente natural pelas mãos humanas, entre tantos outros fatores relacionados a influências antrópicas.

No caso do rio Tubarão e sua bacia, há também a presença da mineração de carvão como grande agravante, tanto aumentando enormemente a poluição, como contribuindo com seu assoreamento. Em decorrência da mineração, as águas do Rio Tubarão chegam a apresentar níveis de pH de 2,29 (BEMDER, 1998 apud ESPINOSA, s/d), acides comparável ao sumo de limão, ao vinagre, ou ao suco gástrico.

Além da acides das águas, a mineração também libera partículas que, ao serem arrastadas à jusante, contribuem muito com o assoreamento do leito. Dentre as causas e problemas ignorados, é possível que o assoreamento do rio Tubarão, causado principalmente pela mineração e destruição das matas ciliares, tenha sido um grande agravante às enchentes na cidade que o margeia. Segundo Piazza (1983, p. 69), ainda na década de 1980, “os vales litorâneos catarinenses sofrem,

periodicamente, enchentes, motivadas, em grande parte pelo desordenado desmatamento.”

Para surpresa, no jornal “Tribuna Sulina” de 25/05/1974, uma reportagem apontando como causa da enchente o desmatamento da vegetação ciliar do rio Tubarão.

Figura 7 – Reportagem mostrando declaração do Prefeito Municipal de Tubarão de 1974, indicando o desmatamento como causa das enchentes.



Fonte: TRIBUNA SULINA, 25/05/1974, p. 05.

Apontado como autor da discussão, Irmotto, então prefeito da cidade, mostra as matas ciliares como importantes na contenção das águas e evitar o assoreamento do rio. Além disso, propõe que o reflorestamento das matas ciliares é importante para evitar novas inundações.

Ao mesmo tempo em que dá luz às idéias voltadas para com a defesa do ambiente, peca ao classificar o fenômeno como um “destruidor fenômeno natural”. Além disso, reforça a necessidade de manter a barra do Camacho aberta e de “regularizar” as margens do rio Tubarão. Mas, embora de pequena proporção e limitada, sua proposta de reflorestamento e conservação é extremamente pontual.

Este ponto de vista em defesa das matas ciliares, para evitar ou minimizar outras inundações, vem ao encontro de outras referências sobre o assunto. Segundo Cunha (2003), a destruição da mata ciliar também afeta o normal escoamento das águas. A erosão resultante da exposição do solo resulta no assoreamento do leito pela deposição de sedimentos. Sobre as funções da mata ciliar, Cunha ainda destaca que:

(...) a mata ciliar tem algumas funções primordiais: função protetora (diminui a erosão das margens e os impactos, permite maior infiltração e a recarga de aquíferos), influencia no manejo da água dentro da bacia hidrográfica, evita o assoreamento do canal e reduz a chegada de produtos químicos, além de manter a fauna (aves e peixes) com o fornecimento de alimentos e sombra. (CUNHA, 2003, p. 229)

Em muitos locais, como o caso da cidade de Tubarão, pode ser encontrado, no lugar de matas ciliares, um grande adensamento populacional. Além do risco habitacional dessas áreas, Vieira e Cunha (2001) destacam que a inexistência da mata ciliar e as construções de obras de construção civil, dificultam ainda mais a infiltração de água no solo, causando escoamento superficial. O escoamento, por sua vez, aumenta a erosão e contribui para maximizar os efeitos das chuvas e enchentes, fazendo com que mais água e materiais erodidos parem no canal do rio.

Imagem 8 - Vista da margem do rio Tubarão sem mata ciliar alguns dias após a enchente de 1974.



Fonte: Arquivo histórico municipal de Tubarão-SC

Ao analisar a fotografia acima, se faz importante compreender que “a fotografia, antes de tudo é um testemunho. Quando se aponta a câmara para algum

objeto ou sujeito, constrói-se um significado, faz-se uma escolha, seleciona-se um tema e conta-se uma história” (LIMA, apud MOTA, 2009, p. 05). Então, cabe a nós historiadores, compreender e desvendar estes significados.

A foto acima, retirada por Amadio Vettoretti, mostra casas e outras construções da engenhosidade humana às margens do rio Tubarão, logo após a enchente de 1974. Verifica-se a inexistência de mata ciliar, e a cobertura do solo por materiais impermeabilizantes, como o asfalto e o concreto. Tanto a inexistência de mata ciliar, quanto à cobertura do solo às margens do rio, evidentes na fotografia, ocasionaram a erosão do solo e o assoreamento de seu leito, como já mencionado anteriormente.

Obviamente esta não era a intenção do fotografo, mas sim explicitar a destruição ocasionada à cidade pela inundação. Como também já mencionado, fotos como estas eram vendidas às dúzias após a enchente para serem guardadas de recordação, contribuindo com a construção da memória da enchente por quem não a viveu, e integrando relatórios governamentais.

A imagem abaixo é um cartão postal da década de 1960.

Figura 9 - Vista aérea da cidade de Tubarão na década de 1960.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

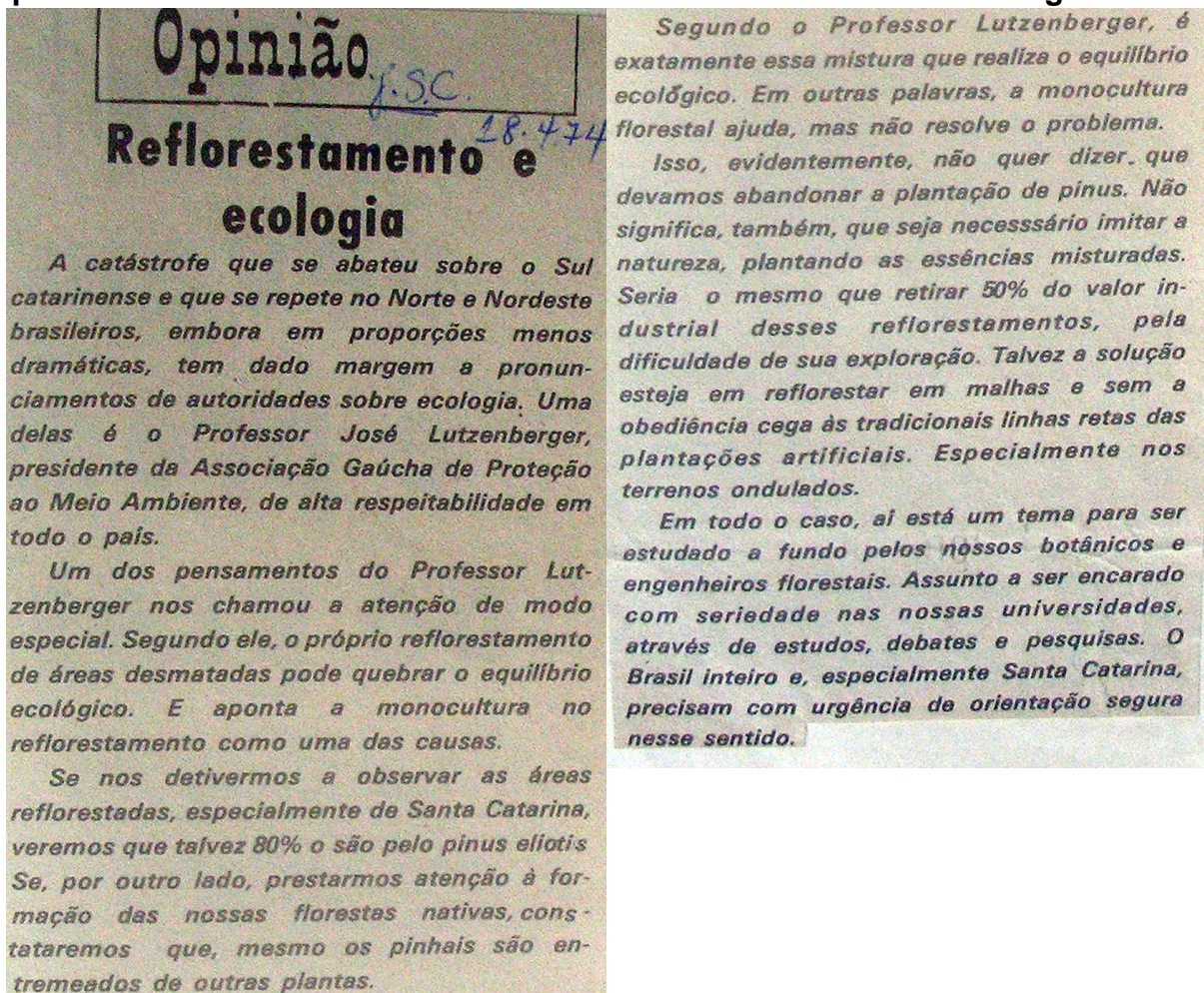
Este cartão postal, de meados de 1960, mostra a cidade de Tubarão - SC. Do lado direito está o “Morro da Catedral”, onde fica o centro da cidade. Do lado

esquerdo o rio e a ponte Nereu Ramos, a mais antiga e única existente na cidade de Tubarão em 1974. Sendo um cartão postal, a fotografia representaria algum motivo de orgulho para a cidade. Neste caso, a beleza do rio e a beleza da cidade por ele banhada.

No entanto, este postal mostra também a cultura imprevidente da sociedade moderna. Novamente, está clara a inexistência de qualquer mata ciliar às margens do rio, uma vez que atualmente o rio possui mais árvores do que na década de 1960, embora que ainda insuficientes. Assim como nenhuma faixa de preservação ao longo do rio, em descumprimento à lei 4.771/65 (BRASIL, 1965), em anexo.

Também relacionado com a mata, a segunda reportagem fala do reflorestamento.

Figura 10 – Reportagem do Jornal de Santa Catarina de 18/04/1974 questionando o modelo de reflorestamento e o descaso com a ecologia.



Fonte: JORNAL DE SANTA CATARINA, 18/04/1974.

Esta reportagem se assemelha a anterior no foco ambiental, voltado às matas, mas difere no sentido. Traz em evidência a personalidade de José Antônio Lutzenberger, importante ecologista brasileiro, também abordado como fonte desta pesquisa. Em seu discurso, o autor, que é desconhecido, exprime uma opinião baseada nos conceitos de Lutzenberger, onde o modelo de reflorestamento poderia ser um agravador do desastre.

Ao apontar e propor uma discussão de crítica ao modelo econômico, que aplica modelos de replantio artificiais (linhas retas e monocultura), o autor se contradiz e volta atrás, questionando a sustentabilidade econômica da mudança. Mas, mesmo desta forma, parece uma questão embrionária da necessidade de conscientização em face da sustentabilidade.

Outro importante influenciador é o aquecimento global. Mesmo que existam algumas vozes dissonantes, a previsão é de que no século XXI as temperaturas medias do planeta subam até 6°C (MENDONÇA, 2007).

Com o aquecimento, que não respeita fronteiras políticas, “algumas regiões terão incrementados seus volumes de água e assim intensificados fenômenos como chuvas torrenciais seguidas por enchentes, deslizamentos, movimentos de massa e erosão do solo.” (MENDONÇA, 2007, p. 05).

Além destes agravantes, estudos recentes trazem ainda outros dados que mostram outras influências antrópicas como agentes influenciadores nos desastres ambientais, como o plantio de arroz irrigado (EVANGELISTA, 2005). Este modelo de plantio, além de proporcionar um desequilíbrio no ecossistema, ainda inunda uma grande área cíclica e artificialmente, promovendo o aumento da umidade relativa do ar. O aumento da umidade do ar, por sua vez, intensifica as chuvas, contribuindo com a ocorrência de enchentes, inundações e deslizamentos. No caso de Tubarão, estando o plantio de arroz, que é adequado às várzeas inundáveis, no mesmo nível de solo que a cidade, já é um motivo para crer que a cidade não esta segura.

4 - CONCLUSÃO

A conclusão de uma pesquisa como esta, se tornaria desafiadora apenas por sua perspectiva ambiental, ainda tão recente no Brasil. O desafio ainda seria ampliado ao tomar um desastre ambiental como a *Enchente de 74*, que, como mencionado anteriormente, é um desastre com nome, no qual existem tantos sentimentos, romantismos, política, economia e cultura, já enraizados. Mas, por outro lado, sendo uma forma de análise tão nova, imensos campos estão ainda esperando por pesquisas, onde, no caso dos desastres, cada qual apresenta particularidades e semelhanças.

O longo histórico de enchentes e inundações, que já ocorriam há tanto tempo naquele local, foram de grande importância na formação de seu relevo. Toda aquela grande bacia sedimentar, mesmo que apenas sazonalmente ou esporadicamente, é parte integrante do rio. Assim, mesmo que ninguém goste de ter um rio em seu quintal, todos ainda habitam o “quintal” do rio.

A própria divisão dos “*desastres ambientais*” em “desastres humanos” e “desastres naturais” é resultado de uma visão antiquada e cartesiana que separa o homem moderno da natureza. Desta forma, sendo a humanidade parte da natureza, devemos considerar que todo desastre é um “desastre natural”? Ou se mantém a divisão existente, e classificamos os desastres com influências antrópicas, como esta inundação ocorrida em 1974, em um “desastre humano”? Como visto, o que transforma o fenômeno em desastre é unicamente a presença humana ou cultural, ou seja, se o fenômeno não atingir concentrações populacionais, bens materiais, ou culturais, não passará de um fenômeno natural.

Inundações, como a de 1974, voltarão a atingir a cidade de Tubarão. “Temos ciência que segundo cálculos estatísticos teremos novamente outra inundação dentro de até 30 (trinta) anos.” (COMISSÃO, 2011, p. 22). Lutzenberger (1985, p. 38) já nos prevenia que:

(...) a repetição das calamidades generalizadas provocadas pelas enchentes confirma o que há tanto tempo já se podia prever. Se hoje os estragos são imensos e os mortos se contam às centenas, não tardará o dia em que os flagelados e os mortos totalizarão milhões. Somos incapazes de aprender com nossos erros. As advertências sempre mais dramáticas da Natureza de nada valem. Insistimos no consumo de nosso futuro.

No início do povoamento, antes da existência da cidade, os moradores estavam adaptados ao seu ambiente e tiraram proveito daquele fenômeno através da agricultura. Ao se “desprender” da natureza, através de um pensamento cartesiano errôneo, o homem moderno agora tenta adaptar o meio ao seu modo de vida destruidor, através do “controle da natureza”. Sobre este pensamento, CARSON (1969, p. 305) enfatiza que “o ‘controle da natureza’ é frase concebida em espírito de arrogância, nascida da idade ainda neandertalense da Biologia e da Filosofia, quando se propunha que a Natureza existia para a conveniência do homem.”

Ao ser questionado sobre a enchente de 1974, Ronaldo Coutinho, conhecido meteorologista de Santa Catarina, ainda afirma que:

Enchente é uma coisa que acontece de tempos em tempos, por isso, cedo ou tarde, Tubarão pode enfrentar uma situação parecida. E como está a conservação da vegetação? A população hoje é muito maior, muita gente vive na beira do rio Tubarão. Então, é muito mais culpa do ser humano, do que qualquer outra coisa, por que normalmente a gente acaba morando em lugar errado. (COUTINHO, 2007, p. 10)

O que se fez nos mais de 37 anos que se passaram desde a *Enchente de 74*? Obras públicas. Nenhum projeto de caráter ecológico, de preservação, ou de restauração do meio ambiente foi criado. Pelo contrário, surgiram projetos apenas para “conter as cheias”, ou seja, “controlar a natureza”. Entre eles estavam projetos de retificação do curso do rio, dragagem, construção de barragens, e uma espécie de dique de concreto que evita que as areias fechem a barra do Camacho.

Alguns projetos, como a dragagem, a construção da retenção no Camacho e a retificação do curso foram realizadas. Outros, como o projeto das barragens, nunca passaram de promessas. A mata ciliar e as APPs, estipuladas no Plano Diretor do Município de Tubarão em 1994, nunca foram respeitadas.

Partes da draga, que efetuou a retificação das margens do rio e a dragagem de seu leito, se tornou um monumento. Ela está num de pedestal de concreto, com um indicador do nível máximo das águas da *Enchente de 74*. A primeira vista, ela parece representar um troféu da vitória do ser humano sobre a natureza, como pode ser vista no anexo 5.

Ainda de acordo com Lutzenberger,

O verdadeiro desastre começou com aquilo que hoje designamos

“progresso” e “desenvolvimento”. O pensamento básico deste novo contexto cultural faz com que queiramos sempre atingir eficiência Máxima em todos os nossos empreendimentos, eficiência esta, medida em termos de fluxo de dinheiro apenas, e quase nunca em termos de harmonia, sustentabilidade, integração, beleza, riqueza, de vida, etc. (LUTZENBERGER, 1988, p. s/n)

Através do pensamento de Lutzenberger, se faz importante relatar também que, em âmbito mundial, os desastres naturais são bastante seletivos quanto as suas vítimas (KLANOVICZ, 2008). De acordo com Marcelino (2007), mais de 70% dos países atingidos por desastres, e mais de 95% das mortes em decorrência destes, ocorrem em países pobres. Há uma inversão em relação à ação/reação voltados aos desastres, pois mesmo que o modelo econômico capitalista de alguns países bastante industrializados se mostre o mais agressivo ao meio ambiente, aqueles que sofrem são os mais carentes, menos industrializados, e vítimas de maiores desigualdades sociais.

Além disso, a população de maior poder aquisitivo tende a habitar locais mais seguros e elevados que possuem maior valor imobiliário, ou a se evadir mais rapidamente de locais alertados sobre a chegada de desastres em potencial, ao contrário das camadas populacionais de menor poder aquisitivo. (EVANGELISTA, 2005, p. 9)

Neste sentido, o caso de Tubarão em 1974 se mostra como uma exceção. Tanto pessoas abastadas quanto carentes foram atingidas pelo desastre. A diferença, no entanto, está na recuperação pós - desastre. Algumas populações de baixa renda não possuem nada além de sua casa e seus objetos lá contidos, diferentemente das abastadas, com reservas de dinheiro em bancos, outras propriedades, empregados... Facilmente verificáveis através da mídia impressa do período.

Em relação à mídia impressa pesquisada, ao compreender que a imprensa tem o poder de “agarrar a história em andamento” (SIMONS, apud CAPELATO, 1988, p. 59), se encontra uma tendência, observada em todos os jornais analisados, de não citar a parcela humana ou o modelo de organização social nas causas da inundação.

A grande maioria dos jornais acaba mascarando a exploração da natureza, os problemas antrópicos, e o desinteresse do setor público com alternativas livres de alteração do meio ambiente. Apenas duas exceções foram encontradas, já debatidas anteriormente.

Os três principais jornais utilizados como fontes, “Tribuna Sulina”, “O Estado” e “Jornal de Santa Catarina” demonstraram algumas peculiaridades entre si. O jornal “Tribuna Sulina” sugere que não havia ligação com partidos políticos. No entanto, por ser um jornal da cidade de Tubarão, deixava transparecer sua defesa da cidade e dos habitantes. Retratava a cidade como de gente trabalhadora, que os problemas estavam sendo resolvidos e cobrava auxílios do poder público. Desta forma, levantar críticas ao próprio povo tubaronense seria contra a própria ideologia do jornal.

O jornal “O Estado” era o maior do estado de Santa Catarina e era governista. Pertencente ao clã de Aderbal Ramos da Silva (Doutor Deba), noticiava artigos sobre o impacto à economia, discursos políticos (entre eles o de Ernesto Geisel), e do empenho político diante da necessidade de se construir obras a evitarem inundações. Obviamente seus artigos sobre a enchente não iriam contra interesses políticos ou econômicos.

O “Jornal de Santa Catarina” está sediado em Blumenau, que também é outro local de grande fragilidade em relação a inundações. Tanto no “Jornal de Santa Catarina” quanto no “Tribuna Sulina” evidenciam-se artigos que enaltecem Antonio Carlos Konder Reis, que viria a ganhar as eleições para governador no mesmo ano.

Quanto às causas da inundação, de modo algum se questiona o sofrimento causado pelo desastre ambiental. O desastre houve, não há dúvidas. Mas como culpar a natureza pelo erro humano de habitar locais sujeitos a inundações e ainda destruir seu habitat? Já é sabido que ao travar uma luta contra a natureza, da qual também faz parte, o homem moderno destrói a si mesmo (CARSON, 1969).

Com a realização desta pesquisa, parece acertada a sugestão de nova divisão geológica, já utilizada por alguns e que será discutida na Conferência *Rio+20*, denominando o momento geológico atual como *Antropoceno*, devido ao alto nível de influência humana no ambiente. (INSTITUTO, 2011)

É necessário que haja uma tomada de consciência pela humanidade de que a mesma faz parte da natureza. O homem moderno, destruidor do seu meio, não pode sobreviver sem ela. Mas ela pode existir facilmente sem o ser humano.

REFERÊNCIAS

ALBEIRICE, Pedro. **Tubarão 74 – A Catástrofe**. Tubarão: Dehon, 1981. 108 p.

As cheias dão e tiram. **Veja**, nº 297, p. 24-25, maio. 1974.

BARDINI, Rogério. Meio Ambiente. **Enchente de 74 – A força de um povo que soube reconstruir sua história**. Tubarão, 2007, ano1, nº3, p.12-13.

BORTOLUZZI, Ismael Pedro; BARDINI, Rogério. **Perspectivas de planejamento para o controle de inundações no município de Tubarão/SC**. XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.

Disponível

em:

http://www.abrh.org.br/novo/xvii_simp_bras_rec_hidric_sao_paulo_044.pdf.

Acesso em 18/06/2011.

BRASIL. **Código florestal brasileiro**. Lei nº 4.771 de 1965. Brasília: MMA.

CALEGARO, Sandra da Silva. **A evolução da imprensa no Brasil, no estado e no município de Tubarão**. Criciúma, SC: UNESC, 1993. 27 p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988. 78 p.

CARGNIN, Alberto. **Tubarão: do primeiro centenário ao fim do milênio**. Tubarão, SC: Dehon, 2000. 174 p.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1969. 305 p.

COMISSÃO Especial de Alerta Contra Catástrofes Climáticas. 2011, p.7

COUTINHO, Ronaldo. Aquecimento global em debate. **Enchente de 74 – A força de um povo que soube reconstruir sua história**. Tubarão, 2007, ano1, nº 3, p.10.

CUNHA, Sandra Batista. Canais fluviais e a questão ambiental. In: GUERRA, Antônio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da (orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 219 237.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.184-198, 1991.

_____. Ciência Socioambiental: Notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo Benedito (orgs). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: AMPUH-PR, 2000. p. 11 - 43. Disponível em:

<http://professores.cds.unb.br/drummond/pub/index.cfm?x=14>.

Acesso em 05/10/2011.

ESPINOSA, Héctor Raúl Muñoz. **Impactos e conflitos na gestão de recursos hídricos do sul de Santa Catarina, Brasil.** S/d.

Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/hector.pdf>
Acesso em 06/12/2011.

EVANGELISTA, Luiz Carlos da Rosa. **Enchentes, fenômenos cíclicos?** (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) – UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4855>. Acessado em 29/09/2011.

Acesso em 18/09/2011.

FEUERSCHETTE, Irmoto José. **Uma direção para a vida: memórias da enchente de Tubarão 1974.** Tubarão: Reuter, 2004.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder.** 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.

FREITAS, Carlos Flor de. **Vivências e evidências da enchente de 1974 em Tubarão.** Tubarão, SC: Do autor, 2001. 34 p. Monografia (Especialização em História Local e Regional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

GONÇALVES, Renan Borges. **O confinamento de imigrantes e descendentes de italianos e alemães no vale do Araranguá durante a 2ª Guerra Mundial.** Criciúma, SC: do autor, 2010. 76 p. TCC (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

HIGASHI, Rafael Reis; DIAS, Regina Davison. **Interpretação de dados cartográficos como subsídio ao planejamento urbano do município de Tubarão.** s/d.

Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/060-SG10.pdf>.
Acesso em 18/06/2011.

INSTITUTO de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Antropoceno: uma nova era geológica definida pela ação do homem.** 2011.

Disponível em: <http://www.iea.usp.br/antropoceno.html>
Acesso em 08/12/2011.

KLANOVICZ, Jó. Apontamentos Teórico-metodológicos para uma História Ambiental dos desastres “naturais” em Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos.** Vol. 01, 2008.

Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/issue/view/28>>.
Acesso em 18/06/2011.

LUNARDI, Gilsoni Mendonça. **A bacia hidrográfica do rio Tubarão e complexo lagunar: educação ambiental e sustentabilidade sob a ótica de alunos e professores do ensino médio.** Dissertação (Mestrado em ciências ambientais)) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2005.

LUTZENBERGER, José. **Ecologia: do jardim ao poder.** 10. ed. Porto alegre: L&PM, 1985. 102 p.

_____. **O fogo no Pantanal.** 1988.

Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/fogopan.htm>.

Acesso em 10/11/2011.

MACHADO, Cesar do Canto. **Tubarão 1974: Fatos e relatos da grande enchente.** Tubarão, SC: UNISUL, 2005. 203 p.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos.** Santa Maria, RS: INPE. (Versão preliminar), 2007. Disponível em: <http://www.inpe.br/crs/geodesastres/conteudo/publicacoes/conceitosbasicos.pdf>. Acesso em 20/09/2011.

_____; NUNES, Luci Hidalgo; KOBAYAMA, Masato. **Mapeamento de risco de desastres naturais do Estado de Santa Catarina.** Caminhos de Geografia, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10087/5958>. Acesso em 21/10/2011.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino.** São Paulo: Cortez, 2006. 120p.

MENDONÇA, Francisco. **Aquecimento global e suas manifestações regionais e locais.** Disponível em: http://www.conferenciaestadualdomeioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/MC_na_regiao_Sul_Chico_Mendonca_07.pdf. Acesso em 08/12/2011.

MONTEIRO, Renato de Araujo. O problema do carvão em Santa Catarina: Uma batalha alheia a questão ambiental (1950 – 1960). In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Desastres. **Anais...** Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2011.

MOTA, Sílvia Francisco. **A fotografia como material histórico: as imagens do município de Morro da Fumaça.** 2009. [35] f. TCC (Curso de Bacharelado em Artes Visuais) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

NUNES, Edgar. **Tubarão: Histórias e lórotas.** Tubarão, SC: Copiart, 2002. 96 p.

_____. **João Teixeira Nunes: Sem dúvidas e a história do rio Tubarão.** Tubarão, SC: Copiart, 2007. 99 p.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004..

PIAZZA, Walter F.; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente.** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983. 150 p.

PORTO, Rubem La Laina; BARROS, Mario T. de. **Drenagem urbana.** Porto Alegre: ABRH, 1995. 428 p.

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX.** Tubarão, SC: Incopel, 1992. 426 p.

_____. **Estação Piedade.** Tubarão, SC: Copiart, 2004. 172 p.

_____. O retrato de uma história. **Enchente de 74 – A força de um povo que soube reconstruir sua história.** Tubarão, 2007, ano1, nº3, p.14-15.

VIEIRA, Viviane Torres & CUNHA, Sandra Baptista da. Mudanças na rede de drenagem urbana de Teresópolis (RJ). IN. GUERRA, Antônio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da (orgs). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 111 – 142 p.

Sites:

Site: ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/fisico/SC_Fisico.pdf, **acessado em 05/12/2009.**

Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm, **acessado em 15/07/2011.**

Jornais:

TRIBUNA SULINA

O ESTADO

JORNAL DE SANTA CATARINA

DIÁRIO DO SUL

ANEXOS

Anexo 1 - Reportagem da revista Veja mostrando a utilização de cupinzeiros para a previsão de cheias no lugar do moderno sistema instalado pelo DNOS.

MATO GROSSO

As cheias dão e tiram

Nas enchentes do Pantanal do Mato Grosso, o "olho" do cupim nunca é coberto pelas águas. Assim, quando o cupim começa a aumentar o tamanho de sua casa, é porque está prevendo a proximidade das cheias e os fazendeiros mudam o gado para regiões mais altas. Em 1968, o DNOS instalou no Pantanal um sistema mais sofisticado de prevenção de enchentes, com uma rede de dezoito estações automáticas, cujos rigorosos aparelhos recolhem informações e as enviam ao Rio de Janeiro, onde é feita uma previsão para quatro semanas. O cupim foi abandonado. No ano passado, o DNOS anunciou uma grande cheia e o governo do Estado montou um complicado esquema de salvamento, mobilizando inclusive o povo e o Exército. A enchente não veio, os pecuaristas tiveram prejuízos transportando o gado para lugares seguros e reabilitou-se parcialmente o serviço meteorológico do cupim.

Na semana passada, com mais de 35 000 quilômetros quadrados do Pantanal cobertos pelas águas da bacia do rio Paraguai e uma estimativa de 40 000 reses mortas até agora, o pecuarista Francisco de Barros Por Deus, de 48 anos, disse desolado ao repórter Aureliano Biancarelli, enviado especial de VEJA: "Não há nada a fazer. Agora nós só podemos esperar e rezar para que o gado resista". Na verdade, nem a sofisticada aparelhagem do DNOS nem o tradicional cupim foram capazes de prever as cheias que este ano chegaram aos 3 500 desprevenidos pecuaristas da região em proporções catastróficas, esperando-se a morte de quase meio milhão de cabeças de gado. E tanto os pecuaristas quanto o DNOS parecem estar pagando agora as conseqüências do falso alarma do ano passado. O órgão foi agora mais reservado ao divulgar suas primeiras previsões, e os criadores incrédulos quanto à possibilidade de repetir-se em 1974 a grande enchente de 1959, quando morreram 150 000 dos 3 milhões de reses existentes no Pantanal.

Prejuízos a longo prazo — Agora eles sabem que os prejuízos serão bem maiores, não apenas enquanto as águas esti-

verem cobrindo o pasto nativo (em algumas regiões só baixarão dentro de três meses), mas principalmente quando elas voltarem ao leito dos rios. Os 170 000 quilômetros quadrados do Pantanal são ocupados atualmente por 5,5 milhões de cabeças e a perda de 10% deste rebanho afetará a economia da região nos próximos três anos.

Quando a enchente começa a baixar lentamente nos campos, o gado enfrentará, enfraquecido e com os poucos pastos secos esgotados, o frio e a febre aftosa, além de outras conseqüências que, pelas estimativas feitas pelos pecuaristas, equivalem à morte de outras 500 000 cabeças. No inverno, enquanto a água está morna, o gado entra nos



Acyr: aprender a plantar



Paulo: batalha do Itararé

alagados para pastar, mas basta uma noite de névoa úmida e fria para matar todo um rebanho. A água esfria e o boi se recusa a enfiar o focinho, morrendo de fome ou de sede. Quando entra, contamina a água com seus próprios dejetos e contrai uremia.

Assim, livre das águas, o pecuarista terá sua produção abalada com a morte dos bezerros, a diminuição dos enxertos, o enfraquecimento do gado retardando a engorda e a reprodução e as seqüelas da aftosa, como frieira e fraqueza nos cascos. O maior problema, porém, será a própria febre aftosa. Para Joaquim Zeferino Santana, supervisor da Campanha contra a Febre Aftosa na região de Corumbá, pelo menos 35% do rebanho de 3 milhões de cabeças sob sua jurisdição, será afetado pela doença, com a morte de 10% do gado atingido, mais de 100 000 cabeças. E não há condições de vacinação, pois os rebanhos estão isolados, além de não existir vacina suficiente e o pantaneiro não dar muita importância ao problema.

Anexo 2 – Art. 2º da lei 4.771/65 do Código Florestal brasileiro.

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pe lo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

~~a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:~~

~~1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;~~

~~2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distancia entre as margens;~~

~~3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.~~

~~1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;~~

~~(Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)~~

~~2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)~~

~~3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)~~

~~4. de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros; (Incluído dada pela Lei nº 7.511, de 1986)~~

~~b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;~~

~~c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;~~

~~d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;~~

~~e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;~~

~~f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;~~

~~g) nas bordas dos tabeleiros ou chapadas;~~

~~h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.~~

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Anexo 3 – Tabela de alguns jornais que veicularam artigos referentes à *Enchente de 74*.

JORNAL	DATA	TÍTULO	RESUMO
CORREIO DO POVO	s/d	ESTADO ESTA AUXILIANDO FLAGELADOS DE SANTA CATARINA	Cita a "fúria das águas" e fala do transporte de mantimentos.
DIÁRIO CATARINENSE	4/4/1974	A CIDADE ABANDONADA	Fala que "a cidade azul" de povo bonito e crianças saudáveis (...) do turismo, das indústrias, e dos jovens alegres. Que a cidade deixou de existir e não pode mais ser reconstruída. Perdeu-se "a mais bela cidade sulina do estado".
JORNAL DA TARDE	15/4/1974	O POVO NA PROCISSÃO COM SUAS PROMESSAS	Mostra duas pessoas, de aparência humilde, na fila de distribuição de alimentos. Fala da grande religiosidade dos moradores de Tubarão e justifica a destruição como uma forma de pagar pelos pecados.
JORNAL DA TARDE	15/4/1974	A VELA ACESA, ILUMINANDO A CASA E OS MORTOS	Fala dos mortos na enchente, algumas histórias e da vala comum aberta ano lado do cemitério municipal.
JORNAL DA TARDE	15/4/1974	UM ABUSO: NA FILA DOS ALIMENTOS, EMPREGADOS DE "GENTE BEM"	Critica algumas pessoas de maior poder aquisitivo também estejam na fila de distribuição de comida.
JORNAL DE SANTA CATARINA	18/4/1974	OPINIÃO - REFLORESTAMENTO E ECOLOGIA	Cita José Lutzenberger e questiona o modelo de monocultura do reflorestamento de áreas desmatadas. Se torna contraditório quando afirma que o modelo de reflorestamento com várias culturas e diferentes espaços entre si não é economicamente viável.
JORNAL DE SANTA CATARINA	s.d.	AS ÁGUAS SE FORAM, TUBARÃO SE RECUPERA, E TODOS SÃO IGUAIS	Procura mostrar que todos foram atingidos, e que todos estão trabalhando para recuperar a cidade, e que serviços como energia e telefone voltam a funcionar.

JORNAL DE SANTA CATARINA	27/3/1974	CATASTROFE	Traz apenas imagens da cidade tomada pelas águas, das ruas com entulhos e diz que não se sabe o numero de mortos.
JORNAL DE SANTA CATARINA	23/4/1974	É PRECISO MANTER BARRA DO CAMACHO DESOBSTRUÍDA PARA IMPEDIR NOVA CHEIA	Afirma que se a barra do Camacho não fosse aberta, o numero de mortos e a destruição seriam muito maiores.
JORNAL DE SANTA CATARINA	25/4/1974	KONDER REIS: FOI A MAIOR CATASTROFE QUE JÁ OCORREU NO PAÍS, EM TODOS OS TEMPOS	Mostra o discurso de Antonio Carlos Konder Reis, na época senador, que viria a ganhar as eleições para governados de Santa Catarina no mesmo ano. Propaganda política?
JORNAL DE SANTA CATARINA	29/3/1974	SÓ COM TOQUE DE RECOLHER SE EVITA O PIOR	Fala da imposição do toque de recolher pelo exercito, que possuía sede em Tubarão e coordenava, inclusive, a defesa civil.
JORNAL DO BRASIL	7/4/1974	GOVERNO INICIA AMANHÃ PLANO DE RECUPERAÇÃO DE TUBARÃO / BANCOS VÃO RECUPERAR TUBARÃO	Fala das verbas que serão destinadas a cidade e dos bancos que concederão empréstimos e financiamentos.
O ESTADO	29/3/1974	O EXODO AUMENTA E A REGIÃO DESVALORIZA-SE POR SEGUNDO	Cita a possibilidade de surgirem epidemias como de "Tifo" na região, assustando os leitores. Mostra a saída dos habitantes da cidade e compara os preços de imóveis de antes e depois da enchente. Especulação imobiliária embrionária?
O ESTADO	24/5/1974	MILHARES JÁ ABANDONARAM TUBARÃO PARA SEMPRE	Fala que 1120 pessoas já se mudaram somente para Florianópolis, e que existem centenas que fizeram o mesmo para as cidades de Laguna e Criciúma, entre outras. Afirma ainda que os "retirantes" devem aumentar com o restabelecimento das linhas de ônibus.
O ESTADO	??/03/1974	PALAVRAS DE FÉ	Fala do pronunciamento de Ernesto Geisel e o enaltece.
O ESTADO	3/4/1974	BALANÇO DA CALAMIDADE NO SUL APRESENTA RESULTADO DESOLADOR	Fala também de outras cidades, como Criciúma, e da destruição de bens materiais.

O ESTADO	18/4/1974	DEPOIS DA ENCHENTE A AMEAÇA DE EPIDEMIA	Faz um pequeno paralelo entre as cidades de Tubarão e Torres-RS. Mostra uma imagem de Cristo pregado na cruz e fala da força de vontade do prefeito, que esta a seus pés.
O ESTADO	19/4/1974	RANGEL REIS GARANTE A COLOMBO QUE BARRAGENS FICAM PRONTAS EM 5 ANOS	Promessas políticas sobre construção de barragens para evitar novas cheias do rio, que nunca foram construídas.
O ESTADO	19/4/1974	4 MINAS PARAM A EXTRAÇÃO E DÃO FÉRIAS A MIL OPERÁRIOS	Fala da paralisação das 4 minas, da dificuldade do transporte e da existência de um estoque no Porto de Imbituba, que pode poderia abastecer as siderúrgicas por mais 60 dias.
TRIBUNA SULINA	20/4/1974	NEM TUDO É TRAGÉDIA	Fala das crianças nascidas durante a enchente e mostra uma mensagem de otimismo.
TRIBUNA SULINA	20/4/1974	BARRAGEM NO RIO TUBARÃO É META PRIORITÁRIA	Mostra novamente a importância de construir barragens de contenção do rio, e das manobras política para isso.
TRIBUNA SULINA	20/4/1974	UM HEROI MILITAR	Mostra o Majór Clávius Darella como herói por ter se colocado em risco para salvar a vida de uma mulher e uma criança.
TRIBUNA SULINA	5/4/1974	CINCO MIL MORTOS	Reportagem fazendo uma previsão exagerada do numero de mortos. Também enaltece o serviço do corpo de bombeiros, do exercito e policia militar
TRIBUNA SULINA	5/4/1974	NA DOR DA TRAGÉDIA O NOSSO PESAR	Fala de como o rio Tubarão, antes motivo de orgulho, destruiu a cidade e a deixou com fome, frio e dor. O pesar esta relacionado com o município.
TRIBUNA SULINA	6/4/1974	PARA MUITOS ERA O DILÚVIO	Fala da chuva, da lestada e da maré Sízígia (Sisia) como responsáveis pelas cheias. Fala do desespero da população e dos desabrigados, da desordem e do temor a Deus.
TRIBUNA SULINA	6/4/1974	NA TRAGEDIA APENAS UM HEROI	Mostra a ponte de concreto que liga a margem direita a margem esquerda como o único herói por ter suportado a cheia e servido de passagem as pessoas que se refugiavam no morro da catedral.
TRIBUNA SULINA	6/4/1974	QUATRO NOITES DE DESESPERO	Relata as quatro noites da enchente e do refugio dos tubaronenses no morro da catedral, comparada a arca de Noé.

TRIBUNA SULINA	13/4/1974	NÃO HÁ EXODO EM TUBARÃO	Desmente que haja êxodo na cidade de Tubarão e afirma que 99% das pessoas que saíram de Tubarão retornariam.
TRIBUNA SULINA	13/4/1974	NÃO HÁ URUBU NO MUNICIPIO	Fala da falta de urubus, antes abundantes, para darem cabo aos animais mortos.
TRIBUNA SULINA	20/4/1974	ISENÇÃO DE ÁGUA E LUZ EM TUBARÃO	Fala que o vereador Francisco Adolfo Silva, o partido ARENA, vai solicitar ao governo do estado a isenção de água e energia para verificar a reação do governo que "até agora nada fez por Tubarão".
TRIBUNA SULINA	20/4/1974	BARRAGEM NO RIO TUBARÃO META PRIORITÁRIA	Fala que Ernesto Geisel é o "ardente defensor" de Tubarão e que estão sendo tomadas providencias para a construção de barragens para conter as cheias.
TRIBUNA SULINA	4/5/1974	CHUVA DE GRANIZO: CHORO EM TUBARÃO	Lembra da enchente do mês de março e fala do medo da população com novas cheias.
TRIBUNA SULINA	4/5/1974	KONDER REIS NA CRISTA DA ONDA	Fala do premio recebido por Konder Reis do Presidente Ernesto Geisel. Fala também da ajuda do senador (Konder Reis) dada ao prefeito Irmoto.
TRIBUNA SULINA	18/5/1974	DNOS ESTUDA O CAMACHO	Fala da ligação do rio Tubarão diretamente com a lagoa do Camacho como obra de urgência para evitar futuras cheias.
TRIBUNA SULINA	25/5/1974	DESMATAMENTO É PROBLEMA	Mostra a declaração do prefeito Irmoto afirmando que o desmatamento na cabeceira do rio Tubarão é um dos principais causas da inundação.
TRIBUNA SULINA	25/5/1974	CARVÃO NO ASFALTO	Fala do transporte de carvão e outros gêneros através de caminhões até o porto, enquanto a estrada de ferro esta em manutenção devido a enchente.
TRIBUNA SULINA	1/6/1974	MOSCA O TERCEIRO PROBLEMA	A grande quantidade de moscas colocadas como terceiro problema, logo depois das águas (enchente) e do lodo.

Fonte: Do autor.

Anexo 4 - Vista aérea da cidade de Tubarão - SC inundada em 1974.



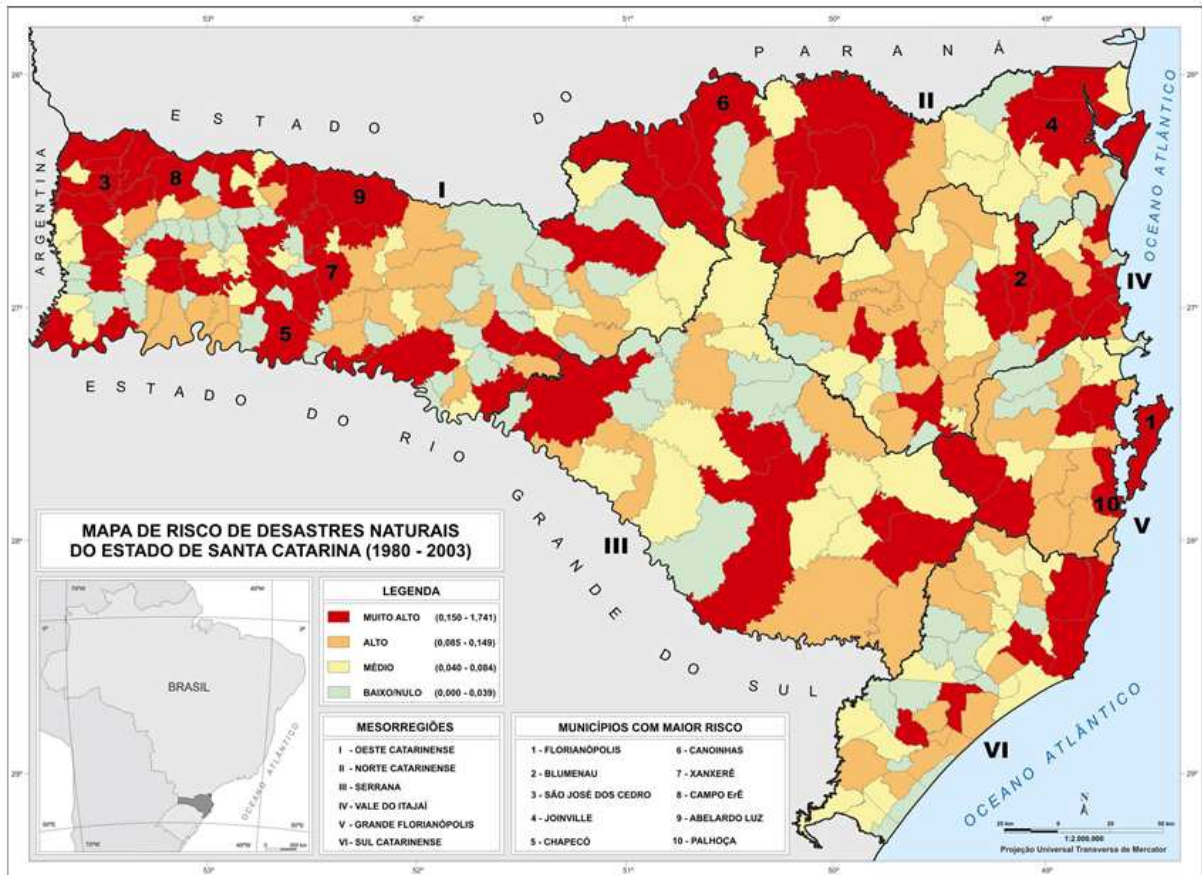
Fonte: Arquivo histórico municipal de Tubarão – SC

Anexo 5 - Monumento do Projeto de Controle de Cheias efetuado pelo DNOS em 1982.



Fonte: do autor.

Figura 11 - Mapa de risco de “desastres naturais” do estado de Santa Catarina.



Fonte: MARCELINO; NUNES; KOBIYAMA, 2006, p. 82.